

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MATHEUS DOS SANTOS E SILVA

**DINÂMICAS DE REPRESENTAÇÃO EM ISRAEL: A ARTICULAÇÃO DO ‘OUTRO’
PALESTINO EM ENTREVISTAS DE BENJAMIN NETANYAHU PARA A MÍDIA
ESTRANGEIRA (2009-2013)**

Porto Alegre

2024

MATHEUS DOS SANTOS E SILVA

**DINÂMICAS DE REPRESENTAÇÃO EM ISRAEL: A ARTICULAÇÃO DO ‘OUTRO’
PALESTINO EM ENTREVISTAS DE BENJAMIN NETANYAHU PARA A MÍDIA
ESTRANGEIRA (2009-2013)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Tatiana Vargas-Maia

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

dos Santos e Silva, Matheus
DINÂMICAS DE REPRESENTAÇÃO EM ISRAEL: A ARTICULAÇÃO
DO 'OUTRO' PALESTINO EM ENTREVISTAS DE BENJAMIN
NETANYAHU PARA A MÍDIA ESTRANGEIRA (2009-2013) /
Matheus dos Santos e Silva. -- 2024.
86 f.
Orientadora: Tatiana Vargas-Maia.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Relações Internacionais. 2. Análise Crítica de
Discurso. 3. Identidade Nacional. 4. Relações
Israel-Palestina. 5. Benjamin Netanyahu. I.
Vargas-Maia, Tatiana, orient. II. Título.

MATHEUS DOS SANTOS E SILVA

**DINÂMICAS DE REPRESENTAÇÃO EM ISRAEL: A ARTICULAÇÃO DO ‘OUTRO’
PALESTINO EM ENTREVISTAS DE BENJAMIN NETANYAHU PARA A MÍDIA
ESTRANGEIRA (2009-2013)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 09 de janeiro de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Profª. Dra. Tatiana Vargas-Maia – Orientadora
UFRGS

Profª. Dra. Silvia Regina Ferabolli
UFRGS

Prof. Dr. Guilherme Ziebell de Oliveira
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Ao longo do processo de escrita do Trabalho de Conclusão, o apoio de inúmeras pessoas foi essencial para a finalização de cada etapa. Acima de tudo e em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha família mais próxima, meus pais, Adriana e Dionisio, pelo constante apoio e incentivo na busca por uma educação plena e de qualidade. Os aprendizados que vocês me proporcionaram transcendem a esfera acadêmica, e sou o homem que sou graças a vocês. À minha avó Rosa, que sempre me amou incondicionalmente. Às minhas tias Cláudia, Dulce e Zaira e ao meu tio Antônio, por me estenderem a mão em todos os momentos da minha vida. À minha dinda Camila, que mesmo de longe se mostrou presente e engajada. Às minhas primas Amanda, Gabriela, Letícia, Maria Eduarda e Vanessa, por todo o suporte que já me deram. A todos vocês, o meu muito obrigado.

Agradeço também a uma das minhas principais bases de apoio durante todos os anos de graduação – os meus queridos amigos. Gabriela, Ana, Isabela, Luiza, Mariana e Victoria, muito obrigado por, em meio a inúmeras provas, trabalhos, seminários e artigos, estarem presentes ao meu lado. Guardo as nossas jantãs no meu coração, eternamente. Estendo meus agradecimentos também ao Gabriel, que tem me ensinado sobre companheirismo, amor e a arte de se doar. Compartilhar a vida contigo tem sido cada vez mais doce. Obrigado também a todos aqueles que, de forma ou outra, contribuíram para a consolidação desse período: aos amigos novos, aos amigos distantes e aos colegas de faculdade.

Gostaria de agradecer também à sociedade brasileira e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela oportunidade de estudar em um dos maiores e mais prestigiados centros de formação acadêmica do país. A todos os professores, servidores e técnicos que, direta ou indiretamente, participaram dessa jornada. Em especial, agradeço à minha orientadora, Professora Dra. Tatiana Vargas-Maia, por toda a dedicação e contribuição em torno deste trabalho, sendo um incansável ponto de apoio pelo qual tenho profunda admiração e respeito.

Muito obrigado, por fim, a todos os profissionais que tiveram papel na construção da minha educação e na de milhares de outros brasileiros. A educação transforma, e vocês são os principais agentes desse processo.

It no longer matters
if anyone loves us.
Bombs have liberated us from our ears,
with which we used to hear words of love.
Rockets have liberated us from our eyes,
with which we used to see loving glances.
Hate-filled words have liberated us from our hearts,
in which we used to cherish the enchantments of love.

(Samer Abu Hawwash)

RESUMO

Este trabalho explora a temática da identidade nacional e suas dinâmicas de inclusão e exclusão segundo um viés discursivo. Adotando o conflito Israel-Palestina como ponto de partida, busca-se compreender a forma como o 32º Primeiro-Ministro de Israel (2009-2013), Benjamin Netanyahu, articulou discursos a respeito da identidade nacional israelense em veículos de mídia estrangeiros a fim de garantir a manutenção de uma representação negativa da população palestina e, assim, fomentar a perpetuação da sua identidade em um ambiente conflitivo. Nesta pesquisa, a Escola de Viena de Análise Crítica de Discurso serve como o principal recurso metodológico para a identificação desse fenômeno ao possibilitar o estudo dos aspectos textuais, contextuais, históricos e estratégicos empregados discursivamente por Netanyahu ao longo de 19 entrevistas realizadas com canais de comunicação da mídia externa. Com base nisso, depreende-se que a articulação de narrativas relativas à Palestina e aos palestinos é (re)produzida a partir de estereótipos historicamente construídos que os associam a elementos de conotação negativa que corroboram à deslegitimação dos anseios dessa população; em contraste, a experiência e as aspirações israelenses são retratados de forma positiva e são legitimados tendo-se em vista essa relação dicotômica.

Palavras-chave: Relações internacionais. Análise crítica de discurso. Identidade nacional. Relações Israel-Palestina. Benjamin Netanyahu.

ABSTRACT

This paper explores the theme of national identity and its dynamics of inclusion and exclusion from a discursive perspective. Taking the Israel-Palestine conflict as a starting point, it seeks to understand how the 32nd Prime Minister of Israel (2009-2013), Benjamin Netanyahu, articulated discourses about Israeli national identity in foreign media outlets in order to ensure the maintenance of a negative representation of the Palestinian population and thus foster the perpetuation of Israeli identity in a conflictive environment. In this research, the Vienna School of Critical Discourse Analysis serves as the main methodological resource for identifying this phenomenon by making it possible to study the textual, contextual, historical and strategic aspects employed discursively by Netanyahu throughout 19 interviews conducted with foreign media channels. On this basis, it was identified that the articulation of narratives relating to Palestine and the Palestinians is (re)produced based on historically constructed stereotypes that associate them with negative connotations that corroborate the delegitimization of their aspirations as a people; in contrast, the Israeli experience and goals are portrayed in a positive light and are legitimized in view of this dichotomous relationship.

Keywords: International relations. Critical discourse analysis. National identity. Israel-Palestine relations. Benjamin Netanyahu.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico A – Uso de Temáticas de Identidade Nacional (Total Agrupado).....	67
Gráfico B – Uso de Microestratégias de Perpetuação de Identidade Nacional (Total Agrupado).	68

LISTA DE QUADROS

Quadro A – Estratégias de Perpetuação.....	25
Quadro B – Recursos Argumentativos nas Entrevistas de Netanyahu para a Mídia Estrangeira em 2009.....	50
Quadro C – Recursos Argumentativos nas Entrevistas de Netanyahu para a Mídia Estrangeira em 2010.....	56
Quadro D – Recursos Argumentativos nas Entrevistas de Netanyahu para a Mídia Estrangeira em 2011.....	59
Quadro E – Recursos Argumentativos nas Entrevistas de Netanyahu para a Mídia Estrangeira em 2012.....	63

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 IDENTIDADE NACIONAL, DIFERENCIAÇÃO E ARTICULAÇÃO.....	16
2.1 IDENTIDADE NACIONAL, A DICOTOMIA EU/OUTRO E A MÍDIA DE MASSAS.....	16
2.1.1 Identidade Nacional e a Constituição do ‘Outro’.....	17
2.1.2 A Assimilação da Identidade Nacional e a Mídia de Massas.....	21
2.2 ANÁLISE CRÍTICA DE DISCURSO E IDENTIDADE NACIONAL: A ESCOLA DE VIENA.....	23
3 IDENTIDADES EM JOGO: O ETHOS ISRAELENSE E O CONFLITO ISRAEL-PALESTINA.....	28
3.1 A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL ISRAELENSE.....	28
3.1.1 O Sionismo como Fundamento Identitário.....	29
3.1.2 Oito Componentes do Ethos Israelense.....	32
3.2 SEGUNDA INTIFADA E AS TENSÕES NO INÍCIO DO SÉCULO XXI.....	39
3.2.1 A Segunda Intifada (2000-2005).....	39
3.2.2 A Ascensão do Hamas e as Operações Chumbo Fundido (2008-9) e Pilar Defensivo (2012).....	43
4 O ‘OUTRO’ PALESTINO NAS ENTREVISTAS DE NETANYAHU PARA A MÍDIA ESTRANGEIRA.....	48
4.1 A ARTICULAÇÃO DO ‘OUTRO’ PALESTINO ANO A ANO.....	49
4.1.1 Entrevistas de Netanyahu para a Mídia Estrangeira em 2009.....	49
4.1.2 Entrevistas de Netanyahu para a Mídia Estrangeira em 2010.....	55
4.1.3 Entrevistas de Netanyahu para a Mídia Estrangeira em 2011.....	58
4.1.4 Entrevistas de Netanyahu para a Mídia Estrangeira em 2012.....	62
4.2 A ARTICULAÇÃO DO ‘OUTRO’ PALESTINO AO LONGO DO SEGUNDO MANDATO DO PM BENJAMIN NETANYAHU (2009-2013).....	65
5 CONCLUSÃO.....	73
REFERÊNCIAS.....	79

1 INTRODUÇÃO

A concepção em torno do tema das identidades nacionais pode ser, em grande parte, apreendida com base no entendimento de que a formação do ‘eu’ coletivo está intrinsecamente relacionada à percepção da existência de uma diferença entre povos distintos (Campbell, 1992). Desse modo, a identidade de um determinado grupo nacional tem em seu cerne constitutivo a demarcação de fronteiras baseadas em vivências históricas que culminam na distinção entre o ‘interno’ do ‘externo’, o ‘eu’ do ‘outro’ em uma relação mutuamente constitutiva. Assim, fundamentado em conteúdos e símbolos que remetem a uma experiência vivenciada por uma comunidade específica, um processo de autoafirmação e autolegitimação passa a ocorrer simultaneamente e em contraste a um outro de estereotipação negativa e deslegitimação de grupos externos (Campbell, 1992; Oren; Bar-Tal, 2006). Essas dinâmicas, ainda, tomam forma explícita a partir da articulação desses elementos comuns em práticas discursivas em que se produz e reproduz os principais aspectos de uma identidade nacional (Wodak *et al*, 2009).

Como um dos mais relevantes canais de comunicação social na atualidade, a mídia de massas tem papel central na construção, na disseminação e na modelação de um imaginário coletivo. Isso ocorre, uma vez que os veículos de mídia de maior influência têm ampla capacidade de montagem e divulgação de produtos culturais, os quais são largamente consumidos pelas mais diversas camadas da sociedade nacional e internacional em seus diferentes formatos, tanto em gêneros de entretenimento, como filmes e livros, quanto de comunicação informativa, a exemplo de noticiários, debates públicos ou entrevistas com personagens relevantes (Oren; Bar-Tal, 2006; Wodak *et al*, 2009). Mais especificamente neste último caso, a mídia de massas pode servir como uma plataforma social capaz de alavancar determinados discursos que buscam articular a identidade de um grupo nacional de formas específicas, seja a fim de mobilizá-lo em prol de uma causa positiva ou negativa, seja para fortalecer certas narrativas ou, ainda, deslegitimar outras (Bar-Tal; Teichman, 2005).

Em Estados cuja gênese é fundamentada em eventos conflituos alicerçados na presença de um inimigo contínuo, como no caso de Israel com a Palestina, o uso de articulações discursivas permeadas por narrativas dicotômicas é ainda mais evidente. No contexto israelense, a relação eu/outro tem influência direta nos mais diversos âmbitos da vida em sociedade, uma vez que a Questão Palestina permanece ao longo dos anos como um dos principais temas de política

externa para o Estado judaico devido à continuidade do conflito árabe-israelense. Nesse sentido, em termos da identidade traduzida na retórica pública, as lideranças de Israel inicialmente negaram a existência e a experiência política e nacional dos palestinos como um povo *per se*, com o seu posterior reconhecimento como grupo nacional tendo ocorrido de fato somente ao final do século XX e, mesmo assim, apenas de forma subserviente aos interesses nacionais de Israel (Jamal, 2000; Yiftachel, 2006). Em um momento mais contemporâneo, em que se destacam o frequente fracasso na negociação e no acordo de uma solução duradoura para o conflito, os discursos israelenses têm sido articulados a partir dos elementos e símbolos centrais para a constituição da sua identidade nacional, incluindo argumentos que retratam a experiência e o povo israelenses de forma altamente favorável e que remontam aos principais pressupostos do Sionismo como ideologia mobilizadora da nação. Posta em contraste, a identidade nacional palestina é percebida como diretamente oposta à de Israel e a sua retratação vem sendo realizada de acordo com a criação e a reprodução de estereótipos negativos que contribuem para a deslegitimação generalizada dos palestinos e dos seus anseios como nação (Oren; Bar-Tal, 2006; Bar-Tal; Teichman, 2005; Yiftachel, 2006).

Tendo isso em vista, o presente trabalho se desenvolve em um contexto em que a identidade nacional é entendida como um conceito intimamente ligado às dinâmicas dicotômicas do eu/outro e cujas configurações podem ser instrumentalizadas no âmbito da mídia internacional a partir da articulação de seus elementos centrais por líderes e chefes de Estado. Nesse sentido, o caso israelense pode servir de ilustração da ocorrência desse fenômeno social, uma vez que a construção e a difusão de suas bases identitárias ocorreu em um ambiente marcado pela experiência contínua do conflito histórico entre Israel e Palestina e suas repercussões perpassam todas as esferas que governam a sua sociedade. Assim, em acordo com as premissas apresentadas, busca-se o desenvolvimento deste trabalho com base na seguinte pergunta norteadora: de que forma Benjamin Netanyahu, ao longo de seu mandato como 32º Primeiro-Ministro de Israel (2009-2013), estabeleceu práticas discursivas de representação do ‘outro’ palestino em veículos de mídia estrangeiros?

Nesse âmbito, propõe-se a hipótese de que, durante o espaço de tempo analisado, Netanyahu articula discursos fundamentados em temáticas da identidade nacional israelense a fim de vincular o ‘outro’ palestino a uma narrativa de ameaça aos valores judaicos e à existência continuada do Estado de Israel, demonstrando, através disso, os perigos que circundam a

perpetuação da sua identidade nacional. Tal articulação seria constituída, logo, a partir de determinados estereótipos historicamente construídos que distanciam ambos os lados entre si, evocando uma relação dicotômica em que o ‘eu’ israelense é representado de forma positiva e seus objetivos como povo são legitimados, enquanto o ‘outro’ palestino é entendido de forma negativa e suas aspirações nacionais são invalidadas.

Para a avaliação dessa hipótese, tem-se como objetivo geral compreender a forma como Benjamin Netanyahu, ao longo de seu mandato como 32º Primeiro-Ministro de Israel (2009-2013), articulou discursos e narrativas baseadas em temas de identidade nacional em veículos de mídia estrangeiros a fim de garantir a manutenção de uma representação negativa do povo palestino e, conseqüentemente, fomentar a perpetuação de sua própria identidade em um ambiente conflitivo. Como objetivos específicos, ainda, depreende-se: 1) compreender a discussão em torno da conceitualização da identidade nacional e das suas dinâmicas de exclusão e de instrumentalização; 2) identificar os principais componentes da identidade nacional israelense e a conjuntura geral do conflito Israel-Palestina no espaço temporal proposto; 3) analisar como Benjamin Netanyahu fez referência ao povo palestino e à Causa Palestina em entrevistas a veículos de mídia estrangeiros ao longo de seu mandato como 32º Primeiro-Ministro de Israel (2009-2013), com foco no emprego das temáticas de identidade nacional e das estratégias de perpetuação da sua própria identidade como povo.

A justificativa para a elaboração deste trabalho é elencada através do fato de que a construção e a manutenção de discursos antagônicos e vexatórios acerca de determinadas populações pode servir como incentivo ou sustentação para a geração de práticas de discriminação e de exclusão ou segregação desses povos tanto na sociedade nacional como na internacional. No contexto do conflito Israel-Palestina, que se prolonga na região há mais de um século, isso se traduz tanto na dificuldade de se encontrar uma solução permanente e satisfatória para ambos os lados envolvidos como também na constante consecução de movimentos legislativos e militares que marginalizam o povo palestino nos âmbitos interno e externo ao Estado de Israel. Com base nisso, pode-se denunciar a existência de uma lacuna no meio acadêmico no que concerne à análise de discursos de lideranças em Israel a partir de narrativas que articulam entendimentos sobre identidade nacional, sobretudo após a virada do século. Dessa forma, a presente pesquisa pode funcionar a fim de se melhor compreender as dinâmicas discursivas contemporâneas que permeiam a sociedade israelense e o conflito elementar que a

aflige, trazendo à tona os componentes identitários que alimentam uma narrativa dicotômica e antagônica entre Israel e Palestina.

Com essas questões em mente, o presente trabalho se divide em cinco capítulos, incluindo a introdução. O segundo capítulo demonstra as bases conceituais e metodológicas aplicadas ao longo da pesquisa, discorrendo acerca dos principais entendimentos em torno da definição de identidade nacional e dos pressupostos que compõem a abordagem da Análise Crítica de Discurso. Em seguida, o terceiro capítulo caracteriza os fundamentos temáticos da identidade nacional israelense e desenvolve o contexto recente do período em questão, incluindo os mais relevantes eventos ocorridos entre o início do século XXI e o ano final do segundo mandato de Netanyahu. No capítulo de número quatro, por sua vez, é realizada a análise de 19 entrevistas do Primeiro-Ministro para a mídia estrangeira, identificando-se as temáticas de identidade nacional e as estratégias de articulação discursiva empregadas por ele ao longo das transcrições analisadas. Por fim, o capítulo final reúne os pontos de maior relevância em cada um dos momentos anteriores e apresenta uma última conclusão acerca das evidências constatadas ao longo da pesquisa.

2 IDENTIDADE NACIONAL, DIFERENCIAÇÃO E ARTICULAÇÃO

O presente capítulo aborda os aspectos teóricos e metodológicos deste trabalho, visando construir o arcabouço analítico a ser empregado ao longo da pesquisa. A primeira subseção busca dar conta dos principais conceitos e dinâmicas empregados no estudo, incluindo as noções de nação e identidade nacional, bem como o entendimento de seus desdobramentos para com grupos extranacionais e o papel da mídia nesse processo. Em seguida, são apresentadas também a Análise Crítica de Discurso como a abordagem metodológica empregada neste estudo e as principais fontes documentais para investigação.

2.1 IDENTIDADE NACIONAL, A DICOTOMIA EU/OUTRO E A MÍDIA DE MASSAS

As discussões em torno da identidade nacional e suas dinâmicas de inclusão e de exclusão estão diretamente fundamentadas nas percepções dominantes acerca do principal conceito do qual ela provém: a nação. Concebida seja como um fenômeno assentado em raízes historicamente profundas, seja como um acontecimento próprio da modernidade, a nação é um dos elementos de maior imponência no Sistema Internacional contemporâneo, mas, ao mesmo tempo, pouco consenso existe sobre as suas origens e, portanto, sobre a sua definição (Soffer, 2015). Assim, para dar-se prosseguimento a essas noções, convém antes uma breve apresentação das principais correntes de pensamento em torno do nacional.

Um dos mais relevantes expoentes no que concerne à abordagem primordialista, Smith (1991) elenca elementos tanto considerados cívicos como étnicos em sua conceitualização. Assim, para o autor, a nação é configurada como “[...] uma população humana nomeada que compartilha um território histórico, mitos e memórias históricas comuns, uma cultura pública e de massa, uma economia comum, e direitos e deveres legais comuns a todos os membros” (Smith, 1991, p. 14, tradução própria¹). Nesse sentido, Smith enfatiza as conexões históricas de determinado grupo social com o espaço que habita e as experiências conjuntas que seus ascendentes vivenciaram, sendo esses os principais componentes responsáveis pela gênese de

¹ No original: “[...] a named human population sharing an historic territory, common myths and historical memories, a mass, public culture, a common economy and common legal rights and duties for all members” (Smith, 1991, p. 14).

uma nação, a qual conta em seu cerne com laços culturais e políticos compartilhados (Smith, 1991).

Por outro lado, a compreensão modernista parte frequentemente de Anderson (2008), que entende a nação como “[...] uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (p. 32). Em termos históricos, o autor a percebe como um fenômeno essencialmente moderno, resultante das dinâmicas do fim do colonialismo europeu nas Américas e da emergência do sistema capitalista ao redor do mundo, especialmente no que concerne às transformações no setor de comunicação (Anderson, 2008). Tendo isso em vista, Anderson abre espaço para argumentos que afirmam que os elementos culturalmente constitutivos da nação, como as tradições, os mitos, os valores e os simbolismos compartilhados que a envolvem e garantem um imaginário coletivo aos seus membros, são socialmente construídos ou, mesmo, inventados ao longo do tempo (Anderson, 2008; Soffer, 2015). Segundo este autor, isso ocorreria com o objetivo final de se fabricar uma identidade conjunta e abrangente capaz de criar um senso de fraternidade e conexão entre os indivíduos pertencentes a uma mesma comunidade (Anderson, 2008).

A partir desses entendimentos, diferentes concepções e ideais em torno do conceito de identidade nacional tomam forma. Seja ele elaborado através de aspectos étnico-históricos compartilhados por um mesmo grupo e fomentado por seus ancestrais ao longo do tempo, seja pela construção de componentes que visem à criação de um sentimento de pertencimento entre os membros de uma mesma nação, as subseções a seguir buscam o aprofundamento dessas discussões.

2.1.1 Identidade Nacional e a Constituição do ‘Outro’

A identidade social, como fenômeno inerente à experiência humana em sociedade, provém das dinâmicas de pertencimento a grupos sociais com os quais um indivíduo se autorreconhece como pertencente e passa a compartilhar atribuições, emoções e percepções com os demais (Tajfel, 1981; Hall, 1999). Como concebida por Tajfel (1981), ela remete “[...] [à] aquela *parte* da autoconcepção dos indivíduos que deriva do conhecimento da sua associação a um grupo social (ou grupos) juntamente ao valor e à significância emocional dessa filiação” (p. 255,

tradução própria²). No mundo moderno, a identidade social tem como uma de suas maiores expressões a identidade nacional, a qual é simultaneamente constituída por e constituidora dos mitos, tradições, comportamentos, valores e sentimentos que permeiam os membros de uma determinada nação (Wodak *et al*, 2009; Oren; Bar-Tal, 2006).

De acordo com a tradição primordialista, a identidade nacional pode ser caracterizada através de uma lente multidimensional intimamente ligada à sua concepção de nação, incorporando a ocorrência concomitante de elementos territoriais, étnicos, culturais, político-legais e econômicos em sua definição. Nesse sentido, a identidade nacional é apontada como sendo composta por cinco principais pressupostos existenciais, os quais incluem a figuração de um território histórico (*homeland*), de mitos e memórias históricas coletivas, de uma cultura pública comum e de massas, de direitos e deveres legais compartilhados por todos, e de uma economia universal com possibilidade de mobilidade territorial para os membros do grupo nacional. Com a ocorrência dessas premissas, os indivíduos pertencentes a uma determinada nação são capazes de criar e estimular o desenvolvimento de vínculos de fraternidade, empatia e identificação uns com os outros a partir de suas experiências compartilhadas, sejam elas baseadas em momentos no presente, seja no passado (Smith, 1991).

Anderson (2008), por meio de seu entendimento da nação como uma comunidade política imaginada, possibilita a elaboração de novas – e diferentes – conceituações em torno da identidade nacional. Wodak *et al* (2009) partem da percepção da identidade nacional como uma expressão específica da identidade social anteriormente elencada por Tajfel (1981), de forma que a concebem como um complexo compartilhado de percepções, atitudes e emoções adquiridos através da noção de autopertencimento a um determinado grupo social. Isso implica na difusão de entendimentos, noções, pré-disposições emocionais e convenções comportamentais entre esses indivíduos, os quais adquirem tal conjunto de atributos a partir de suas relações interpessoais com demais membros e sofrem os efeitos de tais compreensões e atitudes tanto no que concerne a si e à sua autopercepção como no seu entendimento do ‘outro’ extragrupo. Esse repertório identitário, por sua vez, é destacado pelos autores como sendo produzido e reproduzido através de práticas discursivas que se desenvolvem em torno dos quatro principais componentes da sua concepção de identidade nacional: um passado, presente e futuro comuns; uma cultura comum; um território

² No original: “[...] that *part* of the individuals’ self-concept which derives from their knowledge of their membership of a social group (or groups) together with the value and emotional significance of that membership” (Tajfel, 1981, p. 255).

comum; e um *homo nationalis* (a personificação estereotípica do nacional). Dessa forma, a articulação de narrativas que criam e reafirmam as principais dimensões temporais, espaciais, históricas e culturais da constituição de uma determinada nação e, por conseguinte, de sua identidade nacional, é vista pelos autores como um dos instrumentos centrais para a consecução de suas dinâmicas de emergência e existência (Wodak *et al*, 2009).

O entendimento da identidade nacional como produto da identidade social também é abordado por Oren e Bar-Tal (2006), que defendem a composição de um imaginário nacional comum a partir de três conceitos centrais: identidade social *per se*, crenças sociais, e ethos. Alinhados à definição de Tajfel (1981), os autores destacam a autopercepção individual e a noção de pertencimento a um grupo como parte do núcleo duro de uma identidade social, da qual determinadas atitudes, valores, emoções e padrões de comportamento comuns são extraídos, aceitos e reproduzidos por todos os membros dessa comunidade. Assim, conforme esses indivíduos passam a experienciar conjuntamente uma série de acontecimentos, uma espécie de consciência compartilhada passa a tomar forma entre eles, de modo que algumas crenças e normas coletivas se desenvolvem e se difundem amplamente ao redor desse grupo social. Podendo conter elementos das mais variadas temáticas, incluindo mitos, memórias coletivas, autoimagens, objetivos, valores e preocupações, as crenças compartilhadas cujos conteúdos permanecem em voga na vida cotidiana dessa comunidade ao longo dos anos são denominadas pelos autores como crenças sociais, as quais são entendidas como tendo capacidade de influenciar diretamente nas percepções comuns sobre a sua própria sociedade e sobre as demais. Ao conjunto dessas crenças perdurantes, que podem ser percebidas como elementares para a identificação de um grupo específico, dá-se o nome de ethos, o qual funciona a fim de orientar o comportamento dos seus membros e de criar as bases para a estrutura e o funcionamento de suas principais instituições sociais, políticas e econômicas. Assim, as mais diversas dinâmicas da vida em sociedade passam a ser baseadas em crenças coerentes, disseminadas e institucionalizadas, as quais garantem um senso de pertencimento e solidariedade intragrupo a partir do estabelecimento de percepções, valores e comportamentos básicos e comuns. Da mesma forma, a identidade nacional, como fundamentada através dessas dinâmicas da identidade social, apresenta em sua concepção os mesmos aspectos elencados por essa última, incluindo a formação, a consolidação e a reprodução de um complexo de crenças sociais configurados no ethos de uma nação (Oren; Bar-Tal, 2006).

É importante notar, ainda, que os membros de determinado grupo social – nesse caso, de uma determinada nação – absorvem nesse processo algumas predisposições emocionais compartilhadas acerca de sua própria identidade coletiva, mas também sobre os demais indivíduos que não pertencem à sua comunidade (Wodak *et al*, 2009). Nesse sentido, tais predisposições implicam em sensações e percepções de similaridade, de proximidade, de solidariedade e de lealdade para com os membros de um mesmo grupo, os quais podem servir como base para a criação de uma maior interdependência política, econômica e social entre eles (Wodak *et al*, 2009; Oren; Bar-Tal, 2006). Desse modo, em situações em que são confrontados com a existência de comunidades diferentes da sua própria, esses indivíduos passam a engajar em atitudes perceptivas e comportamentais que, inconscientemente ou não, visam ao favorecimento do seu grupo social em detrimento dos demais (Tajfel; Turner, 1979).

Em vista dessas compreensões, as quais acarretam numa série de percepções e ações com respeito aos diferentes grupos, os membros de uma mesma nação passam a ter respaldo para engajar nas mais diversas dinâmicas de comparação, de competição ou de discriminação para com o ‘outro’ (Druckman, 1994; Hall, 1999; Tajfel; Turner, 1979). Isso ocorre levando-se em consideração o fato de que a dicotomia eu/outro é frequentemente construída, internalizada e propagada por meio da criação de uma série de estereótipos, preconceitos, emoções e intenções comportamentais compartilhadas no que concerne ao estrangeiro, fomentando assim a formação de uma fronteira imaginária entre ambas as sociedades a partir dos atributos identitários afixados a cada uma (Bar-Tal; Teichman, 2005). Os estereótipos, por exemplo, tomam forma a partir da criação de imagens generalistas sobre o que é diferente ou estranho, atribuindo determinadas crenças, atitudes e emoções enviesadas nas concepções compartilhadas acerca do que é externo ao grupo (Druckman, 1994; Bar-Tal; Teichman, 2005). Em situações de estranheza, de falta de familiaridade ou de conflitos de interesses, como no caso de inimigos estruturais e históricos, tal percepção de diferenciação negativa é ainda mais aprofundada e acaba por gerar noções próximas a uma necessidade de separação e exclusão do ‘outro’, distanciando-os ainda mais entre si (Bar-Tal; Teichman, 2005; Wodak *et al*, 2009).

Assim, a identidade nacional, com base nas percepções e nas predisposições emocionais e comportamentais adquiridas por meio dos elementos identitários compartilhados, pode ser apreendida pelos indivíduos conectados a ela como uma lente com a qual podem observar suas relações com o mundo interno e externo à sua nação. Quando considerada como um elemento

discursivamente constituído, o papel dos veículos de comunicação e das lideranças sociais e institucionais toma relevância ainda maior.

2.1.2 A Assimilação da Identidade Nacional e a Mídia de Massas

Em um contexto de formação e assimilação de identidades, Hall (1999) entende a socialização como “[...] o processo em que o indivíduo é habituado à sua sociedade, forma ligações cognitivas e emotivas a ela, e incorpora suas características e normas à sua identidade” (p. 36, tradução própria³). Dessa forma, é através da socialização que os indivíduos têm a capacidade de introduzir os mais diversos componentes de uma determinada identidade nacional em suas próprias relações com os demais, absorvendo elementos como memórias coletivas, percepções, mitos, objetivos e valores para sua própria autoconcepção (Bar-Tal; Teichman, 2005; Oren; Bar-Tal, 2006).

Com base nisso, Deutsch (1966) enfatiza o papel da comunicação como uma das bases para as sociedades nacionais, de forma que as memórias, símbolos, hábitos e preferências que se encontram no cerne da identidade nacional só podem ser assimilados e reproduzidos a partir de práticas comunicativas. Essas, por sua vez, são entendidas como compostas por sistemas de linguagens, de alfabetos e de escritas que conseguem armazenar e transmitir as informações identitárias ao redor de toda uma nação, sendo capazes, portanto, de possibilitar uma efetiva comunicação entre todos os nacionais (Deutsch, 1966). Anderson (2008) agrega a esse entendimento ao passo que destaca esse processo como sendo proveniente de um momento histórico em que o capitalismo, a industrialização e a comercialização de bens e serviços convergiram a fim de revolucionar o setor de comunicação. A partir da difusão e da assimilação de uma linguagem universalista dentro de uma determinada nação – incluindo os sistemas linguísticos elencados por Deutsch (1966) – e da demanda capitalista por novos mercados no que concerne à produção de artigos impressos como livros e jornais, foi possibilitada a expansão no que diz respeito ao acesso ao conteúdo publicado por essas indústrias. Tal fenômeno logrou, de certa forma e em uma das primeiras vezes na história, o estabelecimento de uma maior conexão entre os indivíduos situados em localidades de maior distância, os quais, a partir do amplo consumo de um mesmo conteúdo, acabaram por fomentar sentimentos de afinidade, empatia e

³ No original: “[...] a process in which the individual is habituated to his or her society, forms cognitive, and emotive attachments to it, and incorporates its features and norms into his or her identity” (Hall, 1999, p. 26).

lealdade entre si, auxiliando na unificação desses indivíduos sob uma mesma nação (Anderson, 2008).

Inserida nesse contexto, portanto, a internalização de um complexo identitário nacional – incluindo todas as percepções de mundo, as disposições emocionais, as atitudes e as tradições próprias dele – toma forma através dos principais meios de comunicação social disponíveis em uma nação específica, os quais incluem atualmente a mídia de massas e os produtos culturais, tais como livros escolares, literatura em geral, filmes e jornais (Wodak *et al*, 2009; Oren; Bar-Tal, 2006). Em vista disso, esses canais comunicativos são capazes de reproduzir e disseminar as crenças que fundamentam o ethos de uma determinada nação e de auxiliar na manutenção e na moldagem dos componentes da sua identidade (Bar-Tal; Teichman, 2005; Oren; Bar-Tal, 2006). Ainda, os veículos de comunicação social também têm a capacidade de ser instrumentalizados por pessoas públicas de alto nível, tal qual lideranças sociais e políticas, a fim de construir, perpetuar, transformar ou desmontar certos atributos da identidade nacional (Bar-Tal; Teichman, 2005; Wodak *et al*, 2009). Isso ocorre, uma vez que os principais componentes desse repertório identitário se relacionam diretamente com as problemáticas que norteiam o funcionamento de uma sociedade em um dado momento, de modo que a sua figuração em debates na vida pública e no meio político seja recorrente e tenha respaldo nos mais diversos meios de comunicação em massa (Oren; Bar-Tal, 2006). Ao disponibilizar informações, comentários e editoriais sobre eventos atuais e objetos de estudo contemporâneos, além de servir como um espaço para a ocorrência de debates a nível nacional e internacional, esses canais têm a capacidade de transmitir as visões, os valores, as atitudes e os objetivos das mais diversas autoridades políticas, científicas e sociais. Assim, os meios de comunicação podem servir como uma plataforma para alavancar as ideias e os ideais desses indivíduos acerca das problemáticas que circundam a vida em sociedade, frequentemente utilizando de artifícios que remontam às suas percepções e estratégias de identidade nacional a fim de corroborar seus argumentos. A partir disso, podem contribuir para a criação de discursos e pontos de vista que buscam criar, formalizar e disseminar determinados entendimentos sobre a sua realidade, incluindo percepções sobre si e sobre o ‘outro’ (Bar-Tal; Teichman, 2005).

Com base nessas discussões, convém, portanto, abordar os principais fundamentos conceituais empregados ao decorrer dessa pesquisa. Utilizando ambos os trabalhos de Wodak *et al* (2009) e Oren e Bar-Tal (2006) como ponto de partida, adota-se uma perspectiva em que a

identidade nacional é entendida como um produto da identidade social, tendo em seu cerne constitutivo um complexo de crenças sociais disseminadas ao longo do tempo – sob a forma de um ethos nacional – a partir do qual determinadas atitudes, valores, objetivos e pré-disposições emocionais e comportamentais sobre o ‘eu’ e o ‘outro’ são assimilados e difundidos pela população em geral. Esse ethos, constituído por crenças que abrangem temáticas culturais, históricas e territoriais, é compreendido como discursivamente construído ao longo do tempo com respaldo em narrativas que buscam produzir, reproduzir, transformar ou desmantelar determinadas identidades nacionais. Nesse sentido e levando-se em conta as dinâmicas da socialização, a mídia de massas demonstra ser altamente relevante nesse processo, uma vez que pode servir como um dos principais veículos sociais com capacidade de disseminar tais projetos de identidade nacional, fomentando práticas discursivas que visem à sua construção, perpetuação, transformação ou destruição internamente a uma sociedade.

2.2 ANÁLISE CRÍTICA DE DISCURSO E IDENTIDADE NACIONAL: A ESCOLA DE VIENA

A metodologia empregada neste estudo é de caráter qualitativo, fundamentada nos princípios analíticos da Análise Crítica de Discurso, com ênfase na Escola de Viena e na abordagem histórico-discursiva, como desenvolvida por Ruth Wodak. Como concebido por Wodak (2008) nesse viés, o discurso por si é entendido como uma “[...] *ação linguística*, seja ela comunicação escrita, visual ou oral, verbal ou não verbal, efetuada por atores sociais em um ambiente específico, o qual é determinado por regras sociais, normas e convenções” (p. 5, tradução própria⁴). Com isso em mente, ele é compreendido como tendo uma dupla dimensão, em que é capaz de influenciar as realidades pelas quais transpassa ao mesmo tempo em que também é estrangido e moldado pelos contextos sociais, institucionais e situacionais em que se insere. Dessa forma, ao engajar nas práticas sociais do cotidiano, tem papel relevante na constituição dos mais diversos elementos da vida em sociedade, incluindo objetos de conhecimento, papéis sociais, relações interpessoais e identidades, sendo também influenciado por essas mesmas percepções que ajuda a produzir. Em sua forma mais pungente, ainda, o discurso pode ser instrumentalizado a fim de contribuir para a construção, a legitimação, a perpetuação, a

⁴ No original: “[...] *linguistic action*, be it written, visual or oral communication, verbal or nonverbal, undertaken by social actors in a specific setting determined by social rules, norms and conventions” (Wodak, 2008, p. 5).

manutenção e a transformação ou, mesmo, a destruição de determinadas condições sociais vigentes – o *status quo* (Wodak *et al*, 2009). Além disso, o discurso também pode ser percebido como um objeto cuja construção e interpretação ocorre ao longo da história tendo como base a perspectiva dominante, cujas estruturas são legitimadas a partir das ideologias representativas dos grupos de maior prestígio à época (Wodak, 2001). Assim, os atos discursivos, com base no entendimento da linguagem como uma prática social, estão diretamente vinculados com as relações de poder que os envolvem, uma vez que têm a capacidade de influenciar na composição e na formação de grupos sociais específicos, além de atuar em prol do estabelecimento e da reprodução das dinâmicas de poder que permeiam as sociedades contemporâneas (Wodak, 2001; Wodak *et al*, 2009).

A partir disso, a Análise Crítica de Discurso se propõe a desvendar o aspecto ideológico que perpassa as estruturas de poder disseminadas na sociedade através da linguagem, incluindo questões de dominância, discriminação e controle, com especial ênfase na sua dimensão como uma ferramenta analítica utilizada a fim de investigar a inclusão e a exclusão de grupos sociais específicos (Wodak, 2001; Wodak *et al*, 2009). Assim, a denúncia do discurso como um instrumento linguístico para a homogeneização, a discriminação/segregação e a imposição de valores e objetivos a uma determinada comunidade se dá a partir do estudo da comunicação cotidiana em ambientes institucionais, midiáticos ou políticos, buscando-se a compreensão da dimensão histórica em que as declarações ocorrem, o contexto geral do seu acontecimento, e as estratégias empregadas ao longo dessas falas (Wodak *et al*, 2009).

A noção da dimensão histórica invoca a necessidade de compreensão e apresentação do momento histórico no qual os eventos discursivos se desdobram, bem como do uso das fontes históricas originais que os permeiam, além do foco na ocorrência das mudanças diacrônicas que esses discursos sofrem ao longo do tempo estudado (Wodak *et al*, 2009). O contexto, por sua vez, é desmembrado em outros quatro componentes que auxiliam no seu entendimento: 1) a noção de co-texto (*co-text*), que diz respeito ao ambiente generalizado do discurso, incluindo os elementos discursivos anteriores e posteriores às passagens destacadas; 2) a presença de recursos intertextuais e interdiscursivos nos discursos, os quais podem tomar a forma de citações, alusões ou argumentos generalizados sobre o tópico abordado, seja no passado, seja no presente; 3) o contexto situacional, que remonta às relações dos atores com o ambiente imediato em que se encontram durante o discurso; e 4) o contexto sociopolítico e histórico, que dialoga diretamente

com a dimensão histórica anteriormente elencada e que pode ter influência no planejamento, na condução e no decorrer do discurso em análise (Abell; Myers, 2008; Wodak, 2008; Wodak *et al*, 2009).

Em relação às estratégias presentes na Análise Crítica de Discurso, Wodak *et al* (2009) as entendem como atividades sociais anteriormente planejadas, as quais têm suas bases elencadas a partir de modelos compreensíveis e estereotipados que permeiam os diferentes níveis de organização mental e cognitiva, podendo ser mais ou menos elaborados de acordo com os objetivos, funções ou meios de execução da estratégia. Elas estão, ainda, diretamente relacionadas com esquemas de argumentação padronizados – os topoi –, os quais, através do uso de “premissas-base” recorrentes a determinada temática – nesse caso, as crenças sociais –, auxiliam na condução do fio argumentativo e contribuem para o sucesso da estratégia empregada; caso os topoi infrinjam regras de argumentação racional, ainda, caracterizam-se daí em diante como falácias. Nesse sentido e levando-se em conta os aspectos discursivos em torno da identidade nacional, os autores elencam quatro estratégias-macro que podem ser postas em prática a partir do seu entendimento de discurso e suas funções: construção, perpetuação ou justificação, transformação, e desmontagem ou dismantelamento. Por via deste trabalho, maior foco é dado para as estratégias de perpetuação, vide quadro A, as quais dizem respeito à busca pela manutenção e reprodução de uma identidade nacional percebida como ameaçada, objetivando-se preservá-la, apoiá-la e protegê-la. Essa estratégia discursiva se baseia, ainda, em outras cinco micro-estratégias: autorrepresentação positiva; representação em preto e branco; continuação; defesa; e evasão (Wodak *et al*, 2009).

QUADRO A – ESTRATÉGIAS DE PERPETUAÇÃO

Estratégias	Esquemas de Argumentação (topoi/falácias)	Meios de realização
Autorrepresentação positiva/ Estratégia de acalmamento	<ul style="list-style-type: none"> • topos do lugar amável, idílico (<i>locus amoenus</i>) 	<ul style="list-style-type: none"> • assimilação referencial, miranda e atribuições positivas, elativo • vagueza
Representação em preto e	<ul style="list-style-type: none"> • topos contrastivo de 	<ul style="list-style-type: none"> • assimilação e

<p>branco (frequentemente em combinação com autorrepresentação positiva)</p>	<p>comparação</p> <ul style="list-style-type: none"> • topos/falácia da ameaça 	<p>dissimilação referencial, antônimos, miranda/atribuições positivas e antimiranda/atribuições pejorativas, hipérboles</p>
<p>Continuação</p> <ul style="list-style-type: none"> • pressuposição de/ênfase em continuidade política positiva 	<ul style="list-style-type: none"> • topos da comparação/topos da similaridade • topos da definição 	<ul style="list-style-type: none"> • comparações explícitas (tanto... quanto), comparações implícitas (analogias) • apelo por/demanda por continuidade política no futuro • advérbios de tempo indicando continuidade/repetição (sempre) • partículas criando continuidade (de novo, continuamente) • modais normativos-deônticos (deve, deveria) e construções normativas-deônticas (é necessário)
<p>Defesa</p>	<ul style="list-style-type: none"> • topos da comparação • topos do desastre: rejeitando uma ação cujas consequências para o destino do futuro são retratadas como negativas • topos/falácia da ameaça 	<ul style="list-style-type: none"> • antimiranda/atribuições negativas, comparativo/superlativo • negação da necessidade de uma mudança política
<p>Estratégia de evasão</p> <ul style="list-style-type: none"> • maior supressão/evasão possível do assunto de mudança 		<ul style="list-style-type: none"> • recorrendo a vagueza referencial

Fonte: adaptação da tabela de WODAK, Ruth; CILLIA, Rudolf de; REISIGL, Martin; LIEBHART, Karin. **The discursive construction of national identity**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2009.

Tendo-se em vista esses elementos, convém apresentar as principais fontes primárias a serem analisadas neste trabalho. Com base no discorrido por Wodak *et al* (2009) acerca das práticas discursivas como atos baseados em dinâmicas de dominação e da importância da comunicação cotidiana em veículos midiáticos nesse processo, são analisadas transcrições completas de entrevistas de Benjamin Netanyahu para a mídia estrangeira (externa ao seu núcleo nacional) durante o seu segundo mandato como Primeiro-Ministro de Israel, entre os anos de 2009 e 2013. Essas entrevistas, ainda, podem ser encontradas no repositório online do Escritório do Primeiro-Ministro, sob o domínio governamental do Estado israelense e com versões oficiais em língua inglesa. Durante o espaço de tempo analisado, estão disponibilizadas 24 entrevistas no total, das quais 21 têm como foco veículos externos; dessas, ainda, 19 serão utilizadas para fins de análise. Isso ocorre, uma vez que são priorizadas as transcrições cujos conteúdos estão completos (isto é, contêm ambas as perguntas e as respostas) e englobam temáticas mais diretamente relacionadas com os elementos ligados a questões de perpetuação da identidade nacional israelense em meio ao conflito Israel-Palestina, incluindo – mas não limitado a – as tratativas para a paz, os assentamentos israelenses em território palestino, o grupo Hamas, e as relações externas de Israel no que concerne ao conflito árabe-israelense.

3 IDENTIDADES EM JOGO: O ETHOS ISRAELENSE E O CONFLITO ISRAEL-PALESTINA

Este capítulo tem como intuito, em primeiro lugar, apresentar os principais elementos que compõem o ethos nacional israelense tendo-se em vista a sua constituição como uma sociedade com atribuições compartilhadas. Em seguida e levando-se em conta a escolha metodológica apresentada no capítulo anterior, é discorrido sobre o contexto recente do conflito Israel-Palestina a partir da virada do século XXI até o início da sua segunda década, englobando eventos de alta importância como a Segunda Intifada e as Operações Chumbo Fundido e Pilar Defensivo. É relevante ressaltar, ainda, que não se tem por objetivo exaurir a literatura temática acerca das dinâmicas que afligem o conflito, relatando em progressão histórica os acontecimentos que permeiam a região; busca-se, logo, evidenciar os principais aspectos identitários que compõem o âmago da sociedade israelense, apresentando, ao fim, uma breve exposição sobre a conjuntura vigente ao momento dos discursos do Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu sob análise.

3.1 A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL ISRAELENSE

Os aspectos identitários que permeiam as bases da sociedade israelense têm como origem dois fenômenos intrinsecamente conectados: a criação do Sionismo como movimento nacionalista judaico e a decorrente conflagração – e perpetuação – do conflito entre palestinos e judeus sionistas na região da Palestina. Em conjunto, ambas as experiências têm efeitos diretos sobre as respectivas comunidades nacionais em aspectos como autopercepção coletiva, entendimento do ‘outro’, condução da vida pública e processos de tomada de decisão a nível social e governamental (Kelman, 1987; Oren; Bar-Tal, 2006). A partir desses entendimentos, portanto, a construção de um Estado propriamente judaico toma forma em conjunto aos mais diversos símbolos e códigos comportamentais que remontam a essas vivência coletivas, materializando-se não somente através de elementos como a bandeira, o hino nacional, a história oficial, e as principais datas de comemoração e celebração israelenses, mas também de questões como acesso aos principais direitos e recursos postos à disposição de seus cidadãos (Kimmerling, 2001).

Com isso em mente, esta seção tem como intuito abordar os aspectos constitutivos mais relevantes do projeto sionista, apresentando seus ideais e princípios norteadores, bem como o processo de formalização e institucionalização realizado no decorrer de sua criação. Logo após, são destacados os principais componentes permanentes do ethos nacional israelense, os quais têm influência direta não somente da ideologia sionista como força-motriz para a existência e o funcionamento de Israel como Estado nacional, mas também do aspecto perdurador dos confrontos entre Israel e Palestina ao longo dos anos, os quais apresentam consequências diretas para os imaginários nacionais de ambas as sociedades.

3.1.1 O Sionismo como Fundamento Identitário

Os mais marcantes atributos que permeiam a existência de Israel como Estado e dos israelenses como nacionais provêm da sua conexão com a ideologia nacionalista que fomentou a sua origem (Oren; Bar-Tal, 2006). O Sionismo como doutrina essencial para a consecução de um Estado propriamente judeu teve sua formulação elaborada na primeira metade do século XIX, tendo sido formalizada ao final dos anos 1800 sob os auspícios de Theodor Herzl (Harms; Ferry, 2017). A construção desse projeto, com um caráter fundamentalmente nacionalista, ocorreu em meio a uma atmosfera de crescente hostilidade contra a população judaica na Europa, sobretudo na Europa Oriental, onde episódios de perda de direitos e violência patrimonial, moral, psicológica e física se tornaram cada vez mais frequentes – em seu ápice, os ataques antisemitas na Rússia czarista de Alexandre III tomaram a forma de *pogroms*, cujas ondas de ataques e motins direcionados à população judaica incluíam a destruição de bens físicos e casos de estupro e de assassinato (Kimmerling, 2001; Spangler, 2015; Harms; Ferry, 2017; Smith, 2017).

Assim, em um contexto turbulento e marcado pelas constantes adversidades no que concerne à assimilação às sociedades europeias, o Caso Dreyfus tomou notoriedade entre os judeus ocidentais e inspirou Theodor Herzl a estabelecer as bases formais do Sionismo. O episódio em que Alfred Dreyfus, um oficial de origem judaica plenamente assimilado à França, foi falsamente acusado de traição pela corte militar francesa e posteriormente sentenciado à prisão perpétua na Ilha do Diabo evidenciou o antisemitismo ainda presente nessa sociedade, mesmo após a conquista de cidadania e demais direitos nacionais para a população judaica (Kimmerling, 2001; Harms; Ferry, 2017). Tendo presenciado pessoalmente momentos como uma

multidão de nacionais franceses ecoando um grito de “*À mort les Juifs!*”⁵, Herzl, um dos jornalistas cobrindo o acontecimento, buscou encontrar uma solução para a discriminação sofrida na Europa (Harms; Ferry, 2017). Assim, através da escrita de um panfleto denominado O Estado Judeu, Herzl reuniu em 1896 as principais bases para a criação de uma nação propriamente judaica que seria capaz de absorver os judeus presentes na Europa, uma vez que a assimilação não se mostrava mais como uma solução compatível com as suas aspirações e o antissemitismo permanecia em alta na região (Harms; Ferry, 2017; Smith, 2017).

A escolha do local mais adequada para o estabelecimento do Estado judeu, por sua vez, não foi realizada de forma imediata. Localidades como a Argentina e a Uganda foram consideradas por conta da existência de “espaços vazios” internamente aos seus territórios, os quais poderiam ser mais politicamente convenientes para os seus objetivos caso oferecidos pelas autoridades competentes (Kimmerling, 2001; Smith, 2017). No entanto, a decisão final se deu em favor da Palestina, cuja região demonstrava um apelo sentimental e simbólico para a comunidade judaica a partir do simbolismo de Jerusalém (Sião) e do entendimento de Eretz Yisrael como a sua terra ancestral; além disso, o próprio Império Britânico demonstrava maior inclinação por apoiar e ceder esse espaço em específico para o projeto encabeçado por Herzl (Kimmerling, 2001; Spangler, 2015).

Com as bases do movimento montadas, portanto, “[o] termo ‘Sionismo’ foi cunhado para rotular o movimento nacional judaico, cujo fim declarado era o estabelecimento de um Estado-nação judaico na Palestina e o retorno de judeus sem Estado e perseguidos para o estágio político da história” (Kimmerling, 2001, p. 25, tradução própria⁶). Os seus objetivos efetivos como entidade nacionalista, por sua vez, são melhor delineados através dos quatro principais pontos da Declaração de Basel, formulada no Primeiro Congresso Sionista organizado por Herzl em 1897:

O Sionismo tem como fim estabelecer para o povo judeu um lar legalmente garantido em Eretz Yisrael. Para garantir esse propósito, os seguintes meios serão empregados:
Promover o assentamento de fazendeiros, artesãos e comerciantes judeus na Palestina.
Organizar e unificar todo o judaísmo através de meios locais e internacionais eficazes, de acordo com as leis de cada país.

⁵ Em português: “Morte aos judeus!”.

⁶ No original: “[t]he term ‘Zionism’ was coined to label the Jewish national movement, whose declared aim was the establishment of a Jewish nation-state in Palestine, and the return of stateless and persecuted Jews to the political stage of history” (Kimmerling, 2001, p. 25).

Fortalecer o sentimento nacional e a consciência nacional judaica através da educação israelense com shlichim.

Medidas preparatórias para obter o consentimento de governos, onde necessário, a fim de garantir os objetivos do Sionismo (World Zionist Organization, 2022, *online*, tradução própria⁷).

Em termos práticos, Herzl ainda buscou ativamente a garantia de apoio financeiro e político para o seu projeto, reunindo esforços também em torno da organização da comunidade judaica sob um único movimento nacionalista (Kimmerling, 2001). Assim, dentre os seus êxitos, o Primeiro Congresso Sionista foi responsável pela criação da Organização Sionista Mundial (WZO, do inglês *World Zionist Organization*), a qual buscava reunir e estruturar o movimento sob um único organismo responsável pela consecução de seus objetivos (Spangler, 2015; Harms; Ferry, 2017). Como um de seus principais instrumentos até hoje, a WZO logrou a fundação do Fundo Nacional Judaico, cujo fim era arrecadar fundos para a compra de terras na Palestina, as quais seriam futuramente assentadas e desenvolvidas com exclusividade pela população judaica imigrante (Kimmerling, 2001; Smith, 2017; Spangler, 2015). Assim, foi com base nessas movimentações ideologicamente institucionalizadas que as principais ondas de imigração⁸ (*Aliyah*, do hebraico ascensão) e de assentamento na Palestina tomaram forma, culminando por fim na criação do Estado de Israel⁹ no ano de 1948 em meio a diversas objeções e demonstrações de resistência por parte da população nativa da região (Kimmerling, 2001; Smith, 2017; Krämer, 2008).

Nesse sentido, no entanto, os principais críticos dos processos relacionados ao Sionismo frequentemente apontam as suas conexões com as dinâmicas do colonialismo e imperialismo europeus, ainda efervescentes ao final do século XIX (Said, 1992; Pappé, 2007; Yiftachel, 2006). Através de slogans como o famoso “uma terra sem povo para um povo sem terra”, os

⁷ No original: “Zionism aims at establishing for the Jewish people a legally assured home in Eretz Yisrael. To achieve this purpose, the following means shall be employed:

Promoting the settlement of Jewish farmers, artisans, and tradesmen in Palestine.

Organizing and uniting the whole of Jewry through effective local and international means in accordance with the laws of each country.

Strengthening of the Jewish national sentiment and national consciousness through Israel education with shlichim.

Preparatory steps toward obtaining the consent of governments, where necessary, in order to achieve the goals of Zionism” (World Zionist Organization, 2022, *online*).

⁸ A aliyah judaica para a região da Palestina ocorreu em cinco grandes ondas principais, de 1881-1903, de 1904-1914, de 1919-1923, de 1924-1929 e de 1929-1939. Para mais sobre o movimento imigratório judaico veja Bunton (2013), Krämer (2008), Harms e Ferry (2017) e Smith (2017).

⁹A fundação do Estado de Israel ocorreu através de uma Declaração de Independência pronunciada por David Ben-Gurion, 1º PM israelense, em maio de 1948. Sobre a criação do Estado de Israel, veja Smith (2017), Harms e Ferry (2017), Krämer (2008), Bunton (2013), Khalidi (2020) e Kimmerling (2001).

idealizadores do projeto sionista buscaram sistematicamente apagar a existência da população originária e deslegitimar os seus vínculos históricos com o território que habitavam com o propósito de legitimar os seus próprios anseios na Palestina (Yiftachel, 2006; Said, 1992). Isso ocorria, principalmente, por via de entendimentos e afirmações que consagravam a região como uma terra efetivamente vazia, cujos nativos não tinham papel importante na manutenção do território e poderiam, por conta de suas características primitivas e incivilizadas, ser facilmente conquistados e removidos do local (Krämer, 2008; Yiftachel, 2006; Said, 1992; Oren; Bar-Tal, 2006). Conforme as bases do Sionismo foram tomando forma, ainda, as principais instituições sociais, políticas e econômicas criadas a fim de garantir o estabelecimento dos princípios e mecanismos de funcionamento dessa sociedade passaram a adotar também um caráter segregacionista, cujos objetivos incluíam inicialmente minimizar, depois eliminar e, por fim, subjugar a população nativa em favor do projeto nacionalista israelense (Yiftachel, 2006; Said, 1992). Desse modo, Chomsky e Pappé (2015) evidenciam um aspecto central na concepção do Estado sionista: o fato de que, qualquer que seja a sua forma material prática, a existência de uma nação plenamente judaica na Palestina só pode existir *de facto* com a menor quantidade possível de palestinos em seu entorno.

3.1.2 Oito Componentes do Ethos Israelense

Como movimento nacionalista crucial para a fundação do Estado judaico na Palestina, o Sionismo teve papel não só nos processos pré-estatais e de construção estatal, mas permanece atualmente envolto nas narrativas de manutenção e perpetuação de Israel como uma entidade política nacional e soberana com todos os atributos territoriais e identitários que a envolvem (Kimmerling, 2001; Oren; Bar-Tal, 2006; Bar-Tal; Teichman, 2005). Para além do fundamento sionista, as principais características constitutivas do conflito Israel-Palestina também têm papel relevante na formulação das dinâmicas estatais israelenses, principalmente ao passo que a rivalidade é percebida como operando com base em um jogo de soma-zero, em que a possibilidade de existência de um dos lados é entendida como uma ameaça direta à existência do outro em termos de território, de identidade e de nação (Kelman, 1999). Da mesma forma, Kelman (1987, 1999) ainda destaca o conflito como produtor de uma interdependência negativa entre as identidades nacionais de Israel e Palestina, de forma que a afirmação dos traços

identitários de um é vinculada à negação ou à destruição da identidade de outro. Assim, argumentos que ressaltam aspectos como a legitimidade, a autenticidade e a coesão interna de um determinado grupo nacional só são validados quando postos em contraste à ilegitimidade, à inautenticidade e à falta de coesão do grupo rival, de forma que temáticas como autodeterminação, justiça e aparato estatal sejam constantemente rechaçados apesar de sua relevância para uma possível solução para o conflito (Kelman, 1999; Oren; Bar-Tal, 2006).

Com base nesses elementos interligados, Oren e Bar-Tal (2006) conseguiram identificar oito temas de crenças sociais que permeiam a sociedade israelense judaica, cujas percepções são diretamente influenciadas pela sua permanência em um conflito dicotômico duradouro e prolongado. Em sua análise da composição do ethos israelense, os autores ressaltam as temáticas de justiça (do inglês *justness*) dos objetivos israelenses em contraste aos palestinos; segurança; deslegitimação dos árabes; autoimagem coletiva positiva; autovitimização; patriotismo; unidade; e paz. Eles notam, ainda, que tais crenças, apesar de sua figuração constante no que concerne ao aparato identitário de Israel, não se apresentam de forma completamente imutável, tendo maior ou menor relevância ao longo dos anos e sofrendo modificações de acordo com as diferentes conjunturas em que se situam (Oren; Bar-Tal, 2006).

O primeiro tema, relacionado à justiça dos objetivos israelenses frente às aspirações palestinas, tem suas raízes estabelecidas juntamente à ideologia sionista que permeia Israel em todos os seus âmbitos. De forma geral, ele dialoga diretamente com as justificativas históricas, teológicas, nacionais, existenciais, políticas, sociais e culturais utilizadas para legitimar o objetivo principal de se estabelecer um Estado judaico na Palestina (Oren; Bar-Tal, 2006). Essas, por sua vez, incluem argumentações plenamente aceitas e difundidas ao redor da sociedade israelense e que indicam

[...] que a nação judaica foi fundada na ancestral Terra de Israel; que durante muitos anos da história judaica antiga a Terra de Israel foi a terra natal dos judeus; que durante seu exílio os judeus mantiveram estreitos laços religiosos e físicos com a Terra de Israel, aspirando continuamente a retornar a ela; e que a persistente experiência de antissemitismo na diáspora salientou a necessidade do povo judeu de uma existência segura na sua terra natal ancestral (Oren; Bar-tal, 2006, p. 298, tradução própria¹⁰).

¹⁰ No original: “[...] that the Jewish nation was founded in the ancient Land of Israel; that during many years of ancient Jewish history the Land of Israel was the Jews’ homeland; that during their exile Jews maintained close spiritual and physical ties with the Land of Israel, continuously aspiring to return to it; and that the persistent experience of anti-Semitism in the Diaspora highlighted the Jewish people’s need for a secure existence in their old homeland” (Oren; Bar-Tal, 2006, p. 298).

Tais justificativas para os anseios sionistas são frequentemente articuladas em conjunto a outras afirmações construídas a fim de se deslegitimar as reivindicações da população palestina para a região (Oren; Bar-Tal, 2006). Acima de tudo, no que concerne ao aspecto territorial dessa temática, a Palestina era frequentemente descrita como uma terra majoritariamente vazia e com pouca população árabe, a qual teria realizado sua imigração para lá recentemente – em contraste aos judeus, que estariam realizando o retorno para a sua Terra Sagrada após um exílio forçado de 2000 anos – e, portanto, teria pouco vínculo com aquele espaço, principalmente por não a trabalharem de forma “correta” (Oren; Bar-Tal, 2006; Said, 1992). Além disso, aspectos de cunho nacional, como a definição dos palestinos sob uma única nação propriamente sua, também eram deslegitimados, agrupando-os discursivamente de modo generalista sob a denominação “árabes”. É importante notar, no entanto, que, apesar da permanência dessa temática na vida cotidiana israelense, determinadas justificativas perderam tração ao longo dos anos, a exemplo da melhora nos índices de aceitação dos direitos e reivindicações territoriais dos palestinos, bem como no entendimento generalizado dos palestinos como uma nação própria com aspirações estatais reais (Oren; Bar-Tal, 2006).

No que concerne às crenças sociais relativas à segurança, leva-se em conta os aspectos históricos relevantes para a construção e a manutenção do Estado israelense, como as violentas experiências antissemitas vividas na Europa ao longo dos séculos XIX e XX, as ambições do Sionismo em contraponto a isso, e a centralidade do conflito Israel-Palestina para as sociedades envolvidas. Dessa forma, as argumentações em torno do aspecto securitário tenderam a transpassar as mais diversas esferas da vida em sociedade em Israel, tanto no que diz respeito à vida civil como a nível estatal, onde essa temática transborda inclusive para os níveis legislativo, econômico, social, educacional e cultural (Oren; Bar-Tal, 2006). No que concerne à vida social, a participação nas convenientemente denominadas Forças de Defesa de Israel (FDI) é altamente incentivada e vista como um dos pontos imprescindíveis da socialização dos cidadãos israelenses, uma vez que a sua história militar do Estado é altamente glorificada e seus personagens são heroicizados pela sociedade; a recusa em servir ao exército, por sua vez, é vista de forma negativa, podendo resultar em dificuldades em entrar e/ou permanecer no mercado de trabalho israelense, por exemplo (Oren; Bar-Tal, 2006; Mintz, 2013). Em relação ao aspecto estatal, as considerações básicas para a garantia da segurança nacional são realizadas com base em dois temas centrais, sendo eles o entendimento do território israelense como o seu bem estratégico de

maior valor e a afirmação da legitimidade de Israel de se defender de ameaças e ataques concretos a partir de suas próprias forças armadas, sem qualquer dependência de aprovação ou assistência externas (Oren; Bar-Tal, 2006). Tais dinâmicas funcionam a partir de discursos amplamente difundidos, como a crença de que o povo judaico está sob uma constante ameaça existencial em que o lado oposto busca a destruição total do aparato institucional judaico-israelense (Oren; Bar-Tal, 2006; Bar-Tal; Teichman, 2005). Com isso em mente, portanto, Oren e Bar-Tal (2006) afirmam que as crenças sociais em torno dessa temática “[...] atribuíram alta prioridade para a segurança, forneceram uma lógica para decisões e ações sociais, e motivaram os membros da sociedade a participarem do conflito e lidarem com condições estressantes” (p. 300, tradução própria¹¹).

Apesar disso, no entanto, ao longo do tempo nota-se uma relativa erosão no que diz respeito a algumas das crenças sociais relacionadas à segurança. Isso inclui questões relacionadas à percepção de ameaça, ao conteúdo relacionado aos meios e às condições que garantem a segurança para o Estado, e às atitudes e práticas relacionais entre as instituições de segurança e a sociedade. Em relação ao primeiro ponto, existe um novo foco compartilhado no perigo das armas não-convencionais, como as nucleares e as biológicas, em contraponto à ameaça anteriormente exclusiva da questão palestina; no que concerne ao segundo, há uma maior compreensão das relações intrínsecas entre território e paz como garantia de segurança para região, com uma maior disposição para negociações em torno da divisão territorial; por fim, o último aspecto abrange uma menor glorificação das instituições e dos oficiais militares, abrindo espaço para maiores debates e críticas em torno das suas ações na região, e uma menor aceitação passiva de suas dinâmicas históricas de funcionamento para com Israel e seus oponentes (Oren; Bar-Tal, 2006).

As crenças sociais em torno da deslegitimação dos árabes, por sua vez, são frequentemente trazidas em justaposição às temáticas anteriores. Historicamente, os árabes em geral e os palestinos em específico têm sido caracterizados a partir de estereótipos negativos e deslegitimadores que retratam os palestinos como um povo primitivo, incivilizado, violento e cruel cujo objetivo final é a destruição do Estado de Israel como um todo (Oren; Bar-Tal, 2006; Bar-Tal; Teichman, 2005). Além disso, a culpabilização dos palestinos como sendo os principais

¹¹ No original: “[...] assigned high priority to security, provided a rationale for societal decisions and actions, and motivated the members of society to participate in the conflict and cope with stressful conditions” (Oren; Bar-Tal, 2006, p. 300).

responsáveis pelo início e pela continuação do conflito, uma vez que resistem em aceitar uma resolução que atenda aos objetivos e “necessidades” israelenses, também tem figuração no imaginário nacional israelense (Oren; Bar-Tal, 2006; Bar-Tal; Teichman, 2005; Yiftachel, 2006). Mais recentemente e principalmente a partir das experiências em torno dos Acordos de Oslo foi observada uma melhora no que concerne a esses aspectos, com uma maior humanização dos palestinos e a atribuição de novas características positivas a esse grupo. Tal fenômeno vem acompanhado, ainda, de uma maior diferenciação entre os subgrupos de palestinos – como subdivisões a partir do Hamas¹² e Fatah –, com um maior entendimento de que nem todos buscam a aniquilação de Israel, possibilitando assim a criação de maiores relações entre israelenses e palestinos. Apesar disso, a estereotipação negativa dos palestinos ainda predomina no âmago das comunidades israelenses, e serve não somente como um arcabouço explicativo para as causas do conflito e para a violência árabe contra si, mas também é utilizada a fim de justificar as suas próprias ações hostis para contra essa população (Oren; Bar-Tal, 2006).

A autopercepção positiva dos israelenses também surge em favor de traços, valores, intenções e comportamentos que auxiliam na construção de uma autoimagem favorável aos seus empreendimentos na região. Esses estereótipos frequentemente representam a população judaico-israelense a partir de características como trabalhadores, corajosos, modernos, inteligentes, morais e humanos, utilizando também aspectos da sua herança cultural e religiosa a fim de afirmar que representam uma civilização superior; tais noções existem, ainda, em contraponto direto aos traços negativos relacionados à população palestina. No entanto, experiências mais recentes e o maior acesso à informação têm demonstrado aos israelenses o seu papel na criação e na manutenção da Questão Palestina e a diminuição relativa desses atributos positivos, entendendo-se como capazes de realizar atos imorais e discriminatórios (Oren; Bar-Tal, 2006).

O quinto tema das crenças sociais prevalentes em Israel diz respeito ao seu autoentendimento como vítimas em um conflito em que os árabes realizam constantes agressões injustas contra a sua população com o objetivo de dismantelar completamente o Estado

¹² O Hamas é uma organização islâmica fundada ao início da Primeira Intifada (1987-1993), tendo surgido em contraponto à linha secular e moderada da Organização para a Libertação Palestina (OLP). Dentre os seus fundamentos, o Hamas rejeita a possibilidade de partilha da Palestina histórica e propõe a libertação de todo o território palestino através da *jihad*, a guerra santa, garantindo assim a criação de um Estado islâmico na região. Como um de seus pontos de maior controvérsia, a Carta Oficial do Hamas aponta e defende a destruição total do Estado de Israel como necessária para a emancipação palestina (Harms; Ferry, 2017; Smith, 2017; Bunton, 2013; Khalidi, 2020).

israelense (Oren; Bar-Tal, 2006; Kelman, 1999). Essa temática tem como base o histórico de antissemitismo sofrido pelos judeus, os confrontos no período pré-estatal – durante os períodos de imigração judaica para a região – e as experiências após a criação do Estado de Israel, como as diversas guerras em que participaram, as sanções comerciais impostas pelos países árabes, e os ataques sofridos pela sua população. Apesar disso, após o início do processo em torno dos Acordos de Paz de Oslo, uma maior divulgação das informações em torno das perdas e dos sofrimentos dos palestinos durante esses mesmos momentos históricos auxiliou na redução da percepção dos israelenses como sendo as únicas vítimas do conflito, abrindo maior espaço para o entendimento do outro lado. No entanto, essas noções tiveram – e ainda têm – a função de mobilizar moralmente a sua população nacional em meio ao conflito, além de buscar a garantia da “justiça” e do apoio internacional em suas formas moral, política e material a fim de corroborar e legitimar a experiência israelense (Oren; Bar-Tal, 2006).

Em relação ao patriotismo, nota-se que, por mais que permaneça como parte do ethos israelense, sua centralidade tem diminuído ao longo dos anos. Nesse sentido, grande ênfase e celebração foram dadas inicialmente aos principais indivíduos que se dedicavam e participavam em prol do desenvolvimento de Israel, seja no assentamento de áreas remotas, no ingresso voluntário às forças armadas, ou no trabalho como forma de gerar bem-estar para a sociedade em geral; em contraste, outros, que eram fisicamente impedidos ou se recusavam a engajar nesses esforços, eram estigmatizados. No entanto, questionamentos têm sido levantados em torno da necessidade de um indivíduo sacrificar a sua vida e, em menor medida, de passar por adversidades em favor do bem do Estado, além de existir uma crescente desconfiança no que concerne aos mitos que glorificam o patriotismo e encorajam o comportamento patriota (Oren; Bar-Tal, 2006).

A unidade como um povo, ainda, buscava reunir a sociedade israelense e ignorar discordâncias internas em face a uma ameaça externa, enfatizando elementos como herança conjunta e religião a fim de minimizar as diferenças existentes no interior de seu Estado e favorecer o funcionamento com base no consenso. Todavia, novas percepções têm tomado força a partir de discursos que buscam enfatizar as diferenças étnicas e sociais internas a essa sociedade, dando voz às suas diversas expressões que podem, muitas vezes, contrapor a opinião da maioria. Alguns desses grupos, por exemplo, são os judeus religiosos e seculares, e a polarização observada entre diferentes grupos sociais acerca das soluções preferíveis para o conflito

Israel-Palestina, com seções que defendem a retirada de territórios palestinos em prol da paz e outras que defendem a manutenção desses territórios como parte dos direitos históricos e teológicos judaicos. Nesse sentido, destaca-se ainda que os sentimentos e as crenças de unidade geralmente são fomentados a fim de aumentar as sensações de empatia, lealdade e solidariedade entre uma determinada sociedade, de forma que a energia social é utilizada em favor de lidar com os inimigos externos (Oren; Bar-Tal, 2006).

Por fim, as crenças em torno da paz têm se tornado gradativamente alguns dos valores e objetivos de maior centralidade para a sociedade israelense. Isso, uma vez que essa temática está atrelada ao autoentendimento dos israelenses como um povo pacífico e que almeja um ambiente de paz duradouro, relacionando-se, portanto, com a necessidade de resolução do conflito em que se inserem. Essas noções também têm papel em inspirar esperança e otimismo ao redor dessa sociedade, fortalecendo aspectos de sua autopercepção e contribuindo para uma apresentação favorável de si e de seus anseios para a sociedade externa. Apesar disso, existem concepções divergentes acerca do significado de paz, bem como dos meios e das possibilidades para alcançá-la, entendendo-a, portanto, como um fenômeno complexo que exige negociação direta com o seu oponente para atingir esse fim (Oren; Bar-Tal, 2006).

Esses oito temas, de forma geral, contribuem para a caracterização da identidade e da sociedade israelenses como um todo, uma vez que são historicamente internalizados e compartilhados pelos seus membros através dos processos de socialização levados adiante pelas instituições que os permeiam (Oren; Bar-Tal, 2006; Bar-Tal; Teichman, 2005; Wodak *et al*, 2009). Tais crenças, ainda, apresentam raízes históricas que datam do momento pré-estatal de Israel, passando por sua institucionalização formal e permanecendo em voga até a atualidade (Oren; Bar-Tal, 2006). Nesse contexto, essas noções – as quais, em diversos momentos, se sobrepõem umas às outras – foram incorporadas e instrumentalizadas internamente a Israel a fim de justificar as políticas, as decisões e as manobras executadas tanto pelo governo como pelas suas instituições sociais, culturais, políticas e militares. Isso ocorre de tal forma a garantir a presença de simbolismos e sentimentos que remetem à legitimidade de suas ações, à solidariedade entre o seu povo e à resiliência face ao conflito, os quais, em seu turno, tornam-se responsáveis pela mobilização da população em um ambiente conflitivo marcado pela percepção de um inimigo violento e focado na ruína da sociedade e do Estado israelenses como um todo (Oren; Bar-Tal, 2006; Kelman, 1999). Apesar disso e conforme observado, no entanto, a centralidade desses

temas sofreu mudanças ao longo desse tempo, e determinados mitos e percepções foram incorporados, removidos ou modificados de acordo com o contexto em que se desenvolviam (Oren; Bar-Tal, 2006).

3.2 SEGUNDA INTIFADA E AS TENSÕES NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

As subseções a seguir buscam dar conta de uma breve apresentação de alguns dos principais antecedentes à eleição do segundo mandato de Benjamin Netanyahu como Primeiro-Ministro de Israel, bem como os mais relevantes acontecimentos durante esse momento. Dentre esses acontecimentos, destacam-se a eclosão e o decorrer da Segunda Intifada, bem como as suas consequências para a região, as quais incluem a propulsão do Hamas em meio à população palestina em Gaza e as reações internacionais – incluindo de Israel – em relação a esse fato. Ainda, incluem-se nisso a própria eleição do PM Netanyahu, além da principal disputa militar levada adiante durante esse mandato: a Operação Pilar Defensivo (2012).

3.2.1 A Segunda Intifada (2000-2005)

A Segunda Intifada (2000-2005) surgiu em um contexto permeado pelas decepções em relação aos Acordos de Paz de Oslo (1993-1999)¹³, cujo processo não obteve sucesso em resolver as principais questões concernentes ao status de Jerusalém, à expansão dos assentamentos israelenses em território palestino, e à busca da criação de um Estado soberano palestino (Harms; Ferry, 2017; Smith, 2017). A conjuntura à época, ainda, se mostrava como permeada pela

¹³ Os Acordos de Paz de Oslo (1993-1999) compreendem um período de relativa calma nas tensões Israel-Palestina, em que ambos os lados buscaram a negociação de uma possível paz com mediação de representantes noruegueses. Os Acordos incluíram Oslo I (1993), cujo caráter provisório delineava cinco anos durante os quais um acordo final para as suas disputas deveria ser formalizado. Seus principais pontos incluíram o reconhecimento mútuo entre o Estado de Israel e a Organização para a Liberação da Palestina (OLP) e a assinatura de uma Declaração de Princípios que designava as principais responsabilidades de cada um no acordos; ela incluía temas como a retirada de Israel de Gaza e da “Área de Jericó” e a realização de eleições para uma Autoridade Palestina Provisória para Autogoverno (AP), a qual seria responsável pela administração da educação, cultura, saúde, bem-estar social, taxação direta e turismo na região. O seu sucessor, Oslo II (1995), tem como ponto de maior relevância a divisão da Cisjordânia em três diferentes áreas que delimitavam o nível de autoridade civil e administrativa da AP – aspectos como segurança eram totalmente ou parcialmente delegados a Israel – e que seriam gradativamente incorporadas uma a outra até estarem sob controle palestino pleno. Ao longo desse processo, no entanto, a questão de Jerusalém não foi mencionada, os assentamentos israelenses em terras palestinas continuaram, Israel passou a exercer maior controle sobre a Cisjordânia através de checkpoints, inspeções e bloqueios de estrada e a possibilidade de existência de um Estado Palestino não foi considerada (Harms; Ferry, 2017; Smith, 2017; Spangler, 2015; Bunton, 2013).

polarização tanto no que concerne à sociedade israelense – evidenciada pelo assassinato do Primeiro-Ministro Yitzhak Rabin em 1995 por um estudante judeu que mantinha ideais aliados àqueles da Grande Israel¹⁴ e que, portanto, rechaçava as aspirações de uma paz conciliatória – como à comunidade palestina, dentro da qual diversas camadas sociais se apresentavam insatisfeitas com o aumento do controle israelense em Gaza e na Cisjordânia e viam com descontentamento as ações do líder da Autoridade Palestina (AP), Yasser Arafat, para com as suas ambições como nação (Harms; Ferry, 2017; Smith, 2017; Bunton, 2013).

Assim, enquanto as tratativas em torno da Cúpula de Camp David II (2000)¹⁵ eram levadas adiante como mais uma tentativa de se reaver uma solução para o conflito Israel-Palestina, a Segunda Intifada teve sua eclosão em setembro de 2000. Ela ocorreu como resposta a uma visita de Ariel Sharon – líder do partido de direita Likud visto como o “pai” da política de assentamentos na Palestina – e centenas de oficiais de segurança israelenses ao Monte do Templo/al-Haram al-Sharif, onde se situam alguns dos símbolos mais sagrados do Islã, como o Domo da Rocha e a Mesquita de al-Aqsa, a fim de reafirmar o direito de visita dos judeus a esse espaço (Bunton, 2013; Harms; Ferry, 2017; Byman, 2012; Khalidi, 2020). Em meio a isso, os fiéis muçulmanos presentes tentaram bloquear o acesso aos seus locais religiosos em uma demonstração pacífica, mas foram rigorosamente confrontados com uma série de ataques de gás de pimenta e balas de borracha por parte das forças armadas israelenses (Harms; Ferry, 2017). No dia seguinte, a Segunda Intifada teve sua primeira série de protestos e revoltas contra esse acontecimento, a qual tomou forma através da queima de pneus e do arremesso de pedras principalmente por parte da população mais jovem; em contrapartida, as FDI responderam com ataques letais, disparando abertamente com munições reais contra manifestantes árabes e palestinos (Smith, 2017; Harms; Ferry, 2017; Bunton, 2013).

Com o uso desproporcional da força por parte dos israelenses, observou-se uma escalada rápida da violência empregada na Segunda Intifada. Com o auxílio de tanques, helicópteros de combate, artilharia e armamento automático, as forças israelenses realizaram assassinatos

¹⁴ O movimento pela Grande Israel se refere ao controle israelense de toda a extensão da Palestina, do Rio Jordão ao mar, com abertura total para a imigração e o assentamento judaicos e sem possibilidade de autogoverno palestino para além de autonomia a nível municipal e cultural em enclaves residenciais pré-determinados. Tal ideia é amplamente aceita pela direita israelense, sendo adotada pelo partido Likud de Netanyahu (Yiftachel, 2006).

¹⁵ A Cúpula de Camp David II (2000) foi um último esforço de se recuperar o processo de paz iniciado com os Acordos de Oslo e contou com a presença de Israel e da Autoridade Palestina, bem como a mediação dos Estados Unidos. Ao seu decorrer, foi caracterizada por rigidez e distância entre israelenses e palestinos, produzindo poucos resultados, mas sendo um dos pontos que culminou na eclosão da Segunda Intifada (Harms; Ferry, 2017). Mais sobre Camp David II: Harms e Ferry (2017), Smith (2017) e Bunton (2013).

seletivos, utilizaram fogo direto contra manifestantes, impuseram toques de recolher em cidades e vilarejos inteiros, fecharam escolas e bancos, interromperam o acesso a direitos básicos como energia elétrica, água e alimento, e demoliram inúmeras residências árabes na Palestina. Por sua vez, os palestinos e, principalmente, as facções Hamas, Jihad Islâmica e Fatah fizeram dos atentados suicidas possivelmente o maior símbolo desse período, atacando frequentemente shopping centers, restaurantes e ônibus públicos com o intuito de ferir e assassinar civis israelenses, levando a violência para fora dos territórios palestinos e dentro do Estado israelense; para além disso, utilizaram também da luta armada a partir de armamento tradicional e explosivos (Spangler, 2015; Smith, 2017; Harms; Ferry, 2017). Como consequência, em sua totalidade, a Segunda Intifada observou desde seu início até novembro de 2004 mais de 3000 casualidades, dentre elas 429 israelenses e 3040 palestinos, o que configurou o período como a pior escalada de violência na região desde 1967, quando ocorreu a Guerra dos Seis Dias¹⁶, até então (Harms; Ferry, 2017; Khalidi, 2020).

Ao longo desse período, algumas mudanças ocorreram no cenário do conflito. Dentre elas, destaca-se a ascensão de Ariel Sharon ao posto de Primeiro-Ministro israelense em 2001, cuja linha contrária a concessões com a Palestina endureceu ainda mais o conflito (Harms; Ferry, 2017). Isso pode ser observado pelo objetivo de destruir a infraestrutura política e econômica da Autoridade Palestina – visto que Sharon concluía que Arafat era o principal responsável pela violência perpetrada contra a sociedade israelense –, o que se traduziu, entre outras coisas, na renovada ocupação israelense de cidades e vilarejos que tinham sido anteriormente evacuados ao longo dos Acordos de Oslo (Bunton, 2013; Khalidi, 2020). Foi nesse momento, ainda, que Sharon ordenou a construção do Muro da Cisjordânia, cujas dimensões incluíam oito metros de altura, cercas elétricas e arame farpado; erguido sob o pretexto de prevenir a entrada de terroristas em Israel, o Muro foi estrategicamente criado a fim de anexar assentamentos localizados em terras palestinas ao Estado israelense (Bunton, 2013).

Internamente à Palestina, por sua vez, as divergências entre as diferentes facções representantes da Causa se tornavam cada vez maiores (Khalidi, 2020). Em contraponto à

¹⁶A Guerra dos Seis Dias (1967) foi uma das guerras árabe-israelenses, iniciada oficialmente como um ataque de Israel a bases aéreas egípcias após o Egito ter iniciado um processo de militarização da Península do Sinai, fechado o Estreito de Tiran para a passagem de navios entrando ou saindo de Israel. Com uma duração total de seis dias, ao seu fim, Israel tinha derrotado o Egito, a Síria e a Jordânia, apropriando-se, nesse processo, de territórios como o Sinai, a Faixa de Gaza, a Cisjordânia e as Colinas de Golã (Harms; Ferry, 2017; Bunton, 2013). Para mais sobre essa guerra, veja Bunton (2013), Harms e Ferry (2017) e Smith (2017).

liderança do grupo militante Fatah, que tradicionalmente comandou as políticas palestinas a partir de um viés secular, revolucionário e nacionalista, o Hamas passou a ganhar maior espaço em meio às falhas da Organização para a Libertação Palestina (OLP) e da AP, à época comandada pelo líder do Fatah, Yasser Arafat, em conseguir resultados positivos para o conflito por vias diplomáticas (Løvlie, 2013; Khalidi, 2020). O Hamas representava, assim, uma alternativa abertamente islâmica e antissionista para o objetivo de libertação palestina, fomentando inclusive o emprego da *jihad* (guerra santa) contra o Estado israelense, o que contrastava diretamente com a política menos abrasiva do Fatah (Løvlie, 2013; Harms; Ferry, 2017).

Nesse contexto, diversos esforços de se solucionar o novo conflito foram realizados por parte de ambas as partes envolvidas e de terceiros¹⁷ (Smith, 2017). Nesse meio tempo, Yasser Arafat morreu no ano de 2004 e Mahmoud Abbas o substituiu como presidente da Autoridade Palestina em eleições realizadas no ano de 2005 – as quais foram, inclusive, boicotadas pelo Hamas e pela Jihad Islâmica –, fato que foi bem recebido tanto pelo Presidente estadunidense George W. Bush como pelo PM israelense Ariel Sharon, uma vez que Abbas participou ativamente da formulação dos Acordos de Oslo e criticou abertamente a Segunda Intifada e sua dinâmica de violência (Harms; Ferry, 2017; Bunton, 2013; Khalidi, 2020).

Finalmente, em 2004, Sharon, com o apoio do Presidente Bush, anunciou o Plano de Retirada Unilateral de Israel (ou Plano de Retirada), concebido em meio a diversas críticas recebidas da população interna e de alguns membros das suas forças armadas devido à sua atuação no conflito. No Plano, idealizado com o objetivo de reter boa parte dos assentamentos erguidos na Cisjordânia, Israel se comprometia a evacuar a Faixa de Gaza e quatro assentamentos na Cisjordânia, mas, em contrapartida, iria manter o monitoramento nas fronteiras e no entorno da região, o controle do espaço aéreo de Gaza e continuar as atividades militares em seu espaço marítimo, além de coordenar o fluxo de pessoas e bens na Faixa – incluindo, para esse fim, serviços básicos como a provisão de eletricidade, água, combustível e gás (Harms; Ferry, 2017; Smith, 2017; Amir, 2021). Assim, com o Plano sendo efetivado em 2005, os diversos assentamentos previamente instituídos na Faixa de Gaza e na Cisjordânia foram esvaziados e as

¹⁷ Esses esforços incluíram o Relatório Mitchell (2000-2001), o Discurso no Jardim de Rosas da Casa Branca (2002), a Iniciativa de Paz Árabe (2002), o Roteiro para Paz (2003), o Plano Ayalon-Nusseibeh (2003), a Cúpula de Aqaba (2003) e a Iniciativa de Genebra (2003), dentre outros. Para mais sobre essas temáticas, veja Harms e Ferry (2017) e Smith (2017).

FDI evacuaram completamente a Faixa após 38 anos de presença no território (Harms; Ferry, 2017).

3.2.2 A Ascensão do Hamas e as Operações Chumbo Fundido (2008-9) e Pilar Defensivo (2012)

Em 2006, após a retirada das tropas israelenses da Faixa de Gaza, a Autoridade Palestina realizou novas eleições a fim de compor o seu gabinete parlamentar. Em contraste ao processo eleitoral conduzido para a Presidência da AP, em 2005, o Hamas optou, dessa vez, por participar da votação, adotando uma campanha mais amena no que concerne ao fundamentalismo islâmico e enfatizando a busca por reforma e mudança, além dos objetivos recorrentes de defesa dos direitos palestinos (Harms; Ferry, 2017; Khalidi, 2020). Nesse momento, Harms e Ferry (2017) e Smith (2017) apontam o contraste significativo entre as mais prevalentes facções palestinas, em que o Hamas dispunha de uma imagem fortemente vinculada à resistência, ao trabalho social e à falta de corrupção, enquanto o Fatah de Abbas era visto como subserviente a Israel e aos Estados Unidos e diretamente conectado a diversos casos de corrupção.

Tendo exercido hegemonia direta sobre o rumo das políticas palestinas desde a criação da OLP pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1964, o Fatah foi, pela primeira vez, suplantado pelo Hamas em eleições que deram, a esses últimos, 74 parlamentares em uma assembleia composta por 132 membros, dos quais apenas 45 do Fatah foram eleitos (Løvlie, 2013; Khalidi, 2020). A partir disso, o Hamas e o Fatah tentaram diversas vezes formar um governo de coalizão, mas tais tentativas se mostraram infrutíferas com o firme boicote de Israel e Estados Unidos a uma administração conjunta, os quais demandavam, para esse fim, o reconhecimento de acordos anteriores que reconheciam a existência do Estado israelense e renunciavam o uso da violência (Khalidi, 2020; Bunton, 2013). Além disso, Israel também congelou a transferências das receitas fiscais coletadas e destinadas à Autoridade Palestina, bem como fechou todos os portões que davam acesso a Gaza; os Estados Unidos, juntamente à União Europeia, também suspenderam o envio de recursos financeiros à AP (Harms; Ferry, 2017; Smith, 2017).

Nesse cenário, as tensões entre o Hamas e o Fatah se intensificaram, culminando em uma tentativa de golpe do Fatah na Faixa de Gaza a fim de destituir a liderança do Hamas na região.

Em resposta, em 2007, o Hamas articulou um contragolpe, conquistando as bases do Fatah e estabelecendo um governo independente em Gaza; em reação à perda de poder na Faixa de Gaza, Abbas criou um gabinete de emergência e também passou a governar a região da Cisjordânia de forma separada (Bunton, 2013; Khalidi, 2020). Israel, por sua vez, divulgou uma declaração em que a região de Gaza passaria a ser considerada território hostil¹⁸, o que se traduziu, efetivamente, em uma piora considerável na restrição dos fluxos de bens e pessoas entrando e saindo de Gaza; tais dinâmicas de controle foram, ao longo do tempo, amplamente taxadas como semelhantes a um bloqueio, a um cerco, ou, ainda, a uma prisão a céu aberto, substituindo uma ocupação efetiva com uma contenção espacial da região (Henderson, 2019; Amir, 2021; Khalidi, 2020).

Mesmo com a evacuação de pessoal e oficiais israelenses a partir do Plano de Retirada, as tensões na região permaneceram, com bombardeios sendo realizados por parte do Hamas e demais grupos militantes da Faixa de Gaza, e ataques aéreos por parte dos israelenses contra locais estratégicos de apoio a essas facções e a indivíduos com conexão ao grupo (Harms; Ferry, 2017; Henderson, 2019). Dentre as diversas incursões realizadas por Israel na Faixa¹⁹ após a sua retirada da região, destacam-se as Operações Chuvas de Verão (2006), Chumbo Fundido (2008-9) e Pilar Defensivo (2012).

A Operação Chuvas de Verão (2006) ocorreu em um contexto em que Israel, além de exercer grande controle sobre as fronteiras de Gaza, mantinha em suas prisões cerca de 9000 prisioneiros palestinos, dos quais 750 não tinham quaisquer acusações ou julgamentos referentes ao seu encarceramento (Harms; Ferry, 2017; Smith, 2017). Ela iniciou em resposta ao sequestro do Cabo Gilad Shalit por parte do Hamas, cuja abdução teria ocorrido em vista da entrada de Israel ao território da Faixa, sequestrando dois civis palestinos acusados de envolvimento com a mesma facção (Harms; Ferry, 2017). Assim, com o objetivo de se recuperar o Cabo Shalit e suprimir a quantidade de mísseis disparados contra o Sul de Israel, as tropas israelenses iniciaram uma série de bombardeios aéreos com foco na destruição da infraestrutura civil de Gaza, incluindo rodovias, pontes, tanques de área e usinas elétricas; sequestraram, ainda, 64 membros

¹⁸ A asserção de Gaza como um território hostil foi amplamente criticada, o que pode ser melhor observado através da declaração do Diretor de Operações da ONU em Gaza, John Ging, que a caracterizou como uma profecia autorrealizável: “Você a designa como uma entidade hostil, você a trata como uma entidade hostil e o que acontece, de fato, é que você gera hostilidade” (Sherwood, *online*, 2009). No original: “You designate it as a hostile entity, you treat it as a hostile entity and in fact what happens is you generate hostility” (Sherwood, 2009).

¹⁹ No período pós-retirada, as principais operações israelenses na Faixa de Gaza incluíram a Operação Chuvas de Verão (2006), a Operação Hot Winter (2008), a Operação Chumbo Fundido (2008-9), a Operação Pilar Defensivo (2012), a Operação Margem Protetora (2014), a Operação Black Belt (2019) e a Operação Amanhecer (2022). Para mais sobre essas operações, veja Smith (2017), Harms e Ferry (2017), Henderson (2018) e Khalidi (2020).

do Hamas e assassinaram 405 palestinos na Faixa, dos quais 205 eram civis e 88 menores de idade – em comparação, durante todo o ano de 2006, os palestinos mataram 17 civis e 6 membros da FDI (Harms; Ferry; 2017; Smith, 2017; Henderson, 2018). Em meio a essa crise, o Hezbollah²⁰ também realizou um ataque a uma unidade militar no Norte de Israel, o que resultou num ataque aéreo em grande escala por parte dos israelenses, atacando parte da infraestrutura civil libanesa, país-sede da organização (Harms; Ferry, 2017; Smith, 2017).

A Operação Chumbo Fundido (2008-9), por sua vez, surge em parte como decorrência dos continuados ataques entre Hamas e Israel após o Plano de Retirada. Desde 2005, ambos os grupos se enfrentavam indiretamente, com frequentes incursões israelenses a Gaza com o objetivo de atacar possíveis membros e infraestruturas conectadas ao Hamas, e esse último utilizando como resposta diversos bombardeios e ataques com morteiros a Israel. Diversas tentativas de cessar-fogo foram realizadas e sucessivamente descumpridas, dentre as quais em novembro de 2008, após a eleição de Barack Obama como Presidente dos EUA, Israel rompeu novamente um cessar-fogo, resultando em uma reação hostil do Hamas a partir de novos bombardeios – apesar de pouco sucesso. Em resposta, Israel lançou, em dezembro do mesmo ano, uma ofensiva militar que iniciou com operações terrestres e marítimas e logo progrediu para uma invasão da Faixa de Gaza, atacando e destruindo instalações industriais, fazendas, unidades de tratamento de água, localidades e equipamentos da ONU, hospitais, mesquitas e mais de 2000 edifícios residenciais. A Operação terminou em janeiro de 2009 a partir de um cessar-fogo unilateral anunciado por Israel, deixando como resultado cerca de 1400 palestinos foram mortos, dos quais 800 eram civis e 300 menores de idade; em contraste, o lado israelense sofreu uma perda de 13 indivíduos, dos quais 10 eram soldados das suas forças armadas e 3 eram civis (Harms; Ferry, 2017; Smith, 2017; Henderson, 2018).

Em 2009, ainda, Israel observou novas eleições para o cargo de Primeiro-Ministro, onde Benjamin Netanyahu, do Likud, subiu novamente ao poder após o seu primeiro mandato de 1996 a 1999, representando uma guinada à direita pela população israelense como resposta às estratégias de retirada unilateral levadas adiante pelos governos anteriores (Marcus, 2009). Netanyahu, seguindo a mesma linha que defendia há anos – durante os anos 90, por exemplo,

²⁰ O Hezbollah é uma organização fundamentalista xiita que surgiu no Líbano nos anos 1980 com o objetivo inicial de remover as forças armadas israelenses da sua zona de segurança no Sul do Líbano. Ao longo do tempo, a organização tem se mostrado abertamente oposta ao Estado israelense e aos ideais sionistas na Palestina. Além disso, o Hezbollah também tem sido historicamente apoiado pelo Irã (Harms; Ferry, 2017; Smith, 2017). Sobre o Hezbollah, veja Harms e Ferry (2017), Smith (2017) e Khalidi (2020).

trabalhou ativamente para desfazer as políticas de congelamento empregadas nos assentamentos, buscando pausar efetivamente o processo de paz –, o PM eleito rejeitava a ideia de que a paz com os palestinos deveria ocorrer com base na retirada de assentamentos da Cisjordânia e de Jerusalém Oriental, reiterando a necessidade de reconhecimento, por parte dos palestinos e do Hamas, do direito de existência de Israel como um Estado judaico (Harms; Ferry, 2017; Smith, 2017). Esses ideais entravam em contraste com as políticas do recém-eleito Presidente dos EUA Barack Obama, que defendia o retorno ao processo de paz, reafirmando a necessidade de uma solução de dois Estados e, ao mesmo tempo, rechaçando a expansão dos assentamentos israelenses na Palestina; tinham em comum, no entanto, a preocupação com o desenvolvimento de um programa nuclear por parte do Irã, o qual financiava ativamente o Hamas e o Hezbollah e se recusava a reconhecer Israel como uma entidade estatal soberana (Harms; Ferry, 2017; Smith, 2017; Marcus, 2009).

Em 14 novembro de 2012, o governo Netanyahu lançou a Operação Pilar Defensivo, cuja série de ataques durou três dias e iniciou com o assassinato de Ahmed al-Jabari, um comandante militar do Hamas que era visto por Israel como o principal arquiteto do terrorismo perpetrado contra Israel. Como justificativa oficial para a Operação, o Estado israelense sinalizou os mais de 100 mísseis lançados contra a porção Sul de seu país alguns dias antes (Harms; Ferry, 2017; Henderson, 2018). No entanto, Harms e Ferry (2017) destacam a existência de outros três possíveis motivos para a renovada incursão: o horizonte de novas eleições israelenses, para as quais Netanyahu poderia se beneficiar de uma demonstração militar; a preocupação com o programa militar iraniano, servindo, portanto, como uma mensagem para o país; e o objetivo de tentar minar a melhoria nas relações do Hamas com parceiros como Egito, Qatar e Turquia. A Operação foi conduzida exclusivamente por vias aéreas com o apoio de tanques, tendo seus ataques atingido mais de 1400 localidades em Gaza, incluindo instalações governamentais, blocos de apartamentos, plataformas de lançamentos de mísseis e postos de comando do Hamas; ao final do conflito, cerca de 170 palestinos e seis israelenses foram mortos. No dia 21 de novembro, um cessar-fogo foi negociado entre Hamas e Israel com o intermédio do Egito, dando fim à Operação Pilar Defensivo (Harms; Ferry, 2017; Henderson, 2018).

Assim, conforme denota Khalidi (2020), o período após o Plano de Retirada observou “[...] uma intensificação do conflito inter-palestino, uma expansão substancial da colonização Sionista no que restou da Palestina, e uma série de guerras israelenses numa Faixa de Gaza cada

vez mais sitiada” (p, 231, tradução própria²¹). Na Cisjordânia, por sua vez, as dinâmicas de ocupação têm permanecido mesmo após 2005, fato que pode ser observado pela contínua expansão dos assentamentos israelenses e da construção do Muro da Separação (Smith, 2017). Além disso, o cerco estabelecido no entorno de Gaza resultou em um agravamento da situação na região, com uma piora significativa em termos econômicos e humanitários, incluindo altas taxas de desemprego, pobreza e desnutrição em meio a essa população (Harms; Ferry, 2017; Khalidi, 2020). Em meio a esse cenário e a uma dificuldade do governo israelense em realizar concessões territoriais para a paz, Smith (2017) argumenta que nesse momento “A solução de dois estados para o conflito Israel-Palestina está morta” (p. 445, tradução própria²²).

²¹ No original: “[...] an intensification of inter-Palestinian conflict, a substantial expansion of Zionist colonization of what remained of Palestine, and a series of Israeli wars on an increasingly besieged Gaza Strip” (Khalidi, 2020, p. 231).

²² No original: “The two-state solution to the Palestinian-Israeli conflict is dead” (Smith, 2017, p. 445).

4 O ‘OUTRO’ PALESTINO NAS ENTREVISTAS DE NETANYAHU PARA A MÍDIA ESTRANGEIRA

Neste momento, convém inicialmente uma breve recapitulação dos principais pontos a serem examinados ao longo das 19 entrevistas concedidas por Netanyahu a veículos de mídia externos a Israel. Assim, no que concerne às oito temáticas de identidade nacional das quais o discurso israelense se apropria, incluem-se: 1) a justeza dos objetivos israelenses como um recurso conectado à historicidade e à ancestralidade do povo judaico em um locus específico, Israel; 2) a segurança como elemento diretamente vinculado à defesa do território nacional em meio a um ambiente em que sua existência é ameaça constantemente; 3) a deslegitimação dos árabes como tema conectado a estereótipos negativos, a exemplo do argumento de que os palestinos são um povo tecnologicamente atrasado e inerentemente violento, além de serem os únicos responsáveis pelo início e pela continuação do conflito Israel-Palestina; 4) a autopercepção positiva, entendendo-se como um povo moral, humano e generoso; 5) a autovitimização, ao passo que se percebem como vítimas de uma agressão injusta em termos de segurança a nível nacional e de uma perseguição diplomática em fóruns internacionais; 6) o patriotismo como força-motriz para a participação na sociedade israelense, fomentando a conexão nacional e a coesão interna; 7) a unidade como máxima discursiva para a homogeneização dos diferentes pontos de vista que coexistem internamente; e 8) a paz como o objetivo-máximo da sociedade israelense, uma vez que se percebem como um povo pacífico forçado pelas circunstâncias a engajar em um conflito duradouro. Nesse sentido, é importante apontar as diferenças discursivas existentes nos aspectos de segurança e deslegitimação dos palestinos, em que o primeiro tema tem maior relação à ameaça existencial e a tópicos como a destruição, o desmantelamento e a aniquilação de Israel, enquanto o segundo dialoga mais diretamente com a evasão e a recusa das lideranças palestinas em negociar uma resolução definitiva para o confronto. Da mesma forma, as temáticas de autopercepção positiva e paz também apresentam correlação entre si, mas se diferenciam ao passo que a primeira se associa às características e aos atributos positivos dos israelenses de forma generalizada, enquanto a segunda tem relação ao aspecto da paz *per se*, com destaque para o anseio popular em torno dela (Oren; Bar-Tal, 2006).

Essas temáticas, espera-se, são utilizadas como meios argumentativos em meio a articulações de discursos que almejam a perpetuação da identidade nacional israelense. Essas incluem os itens apresentados anteriormente no quadro A, como a autorrepresentação positiva/estratégia de acalmamento, a representação em preto e branco, a estratégia de continuação, a estratégia de defesa e a estratégia de evasão, as quais visam, respectivamente, a apresentação de si em termos positivos, o realce às diferenças existentes entre o ‘eu’ e o ‘outro’, a ênfase na necessidade de continuidade política, a defesa da identidade nacional frente a um perigo externo, e a evasão no que concerne a assuntos que afirmam a necessidade de mudança política. Considera-se em meio a essas estratégias discursivas, ainda, elementos como o co-texto em torno dos excertos destacados, os recursos intertextuais e interdiscursivos presentes, o contexto situacional e os contextos sociopolítico e histórico que os permeiam (Wodak *et al*, 2009). Com esses instrumentos em mente, portanto, pode-se dar prosseguimento à identificação das principais temáticas, estratégias e padrões discursivos empregados por Netanyahu frente à mídia mundial.

4.1 A ARTICULAÇÃO DO ‘OUTRO’ PALESTINO ANO A ANO

Inicialmente, são apresentadas as constatações realizadas com base na metodologia anteriormente referida ano após ano a fim de melhor evidenciar os assuntos, as temáticas e as estratégias abordadas e utilizadas em cada momento. Posteriormente, na subseção seguinte, as informações globais são reunidas com o propósito de demonstrar o escopo geral da análise, bem como a recorrência de temas, argumentos e recursos discursivos.

4.1.1 Entrevistas de Netanyahu para a Mídia Estrangeira em 2009

Os arquivos disponibilizados pelo Escritório do Primeiro-Ministro de Israel incluem, a partir do início do segundo mandato de Netanyahu como PM israelense em março de 2009, 8 transcrições de entrevistas concedidas a veículos de imprensa dos Estados Unidos, da Alemanha e da Itália. Em sua totalidade, tais documentos abordam assuntos como as condições e as tratativas para a paz no pós-Operação Chumbo Fundido (2008-9), a questão dos assentamentos, o status de Jerusalém, o Hamas, e as relações bilaterais de Israel com os países-sede dos

entrevistadores, além de demais tópicos tangenciais à análise aqui proposta, como a preocupação com o desenvolvimento e o incremento de um arsenal nuclear iraniano.

No decorrer dessas entrevistas, as falas de Netanyahu englobaram elementos que elencaram 7 das 8 temáticas fundamentais da identidade nacional israelense, incorporando assim argumentos que fazem alusão à justiça dos objetivos israelenses, à sua segurança, à deslegitimação dos palestinos, à autopercepção coletiva positiva, à autovitimização, à unidade como povo e à paz; em contraste, o objeto do patriotismo não foi encontrado em nenhum dos momentos analisados. Como destaque, ainda, menciona-se, acima de tudo, as preocupações com a segurança e a paz do Estado e do povo judaicos, as quais estiveram presentes em todas as 8 entrevistas concedidas à imprensa internacional neste ano.

Em relação aos principais mecanismos discursivos de perpetuação de identidade nacional utilizados por Netanyahu, todas as 5 microestratégias elencadas por Wodak et al (2009) e anteriormente apresentadas foram empregadas. Dentre elas, as argumentações que envolveram estratégias de defesa, com destaque para os topoi de desastre e de ameaça, demonstraram ter maior aplicação ao longo de todo o escopo analisado, sendo incluídas na totalidade das entrevistas. As estratégias de autorrepresentação positiva/estratégia de acalmamento, por sua vez, estiveram presentes em 7 das 8 entrevistas, enquanto as estratégias de continuação e de evasão foram encontradas em 5 entrevistas cada, e as estratégias de representação em preto e branco figuraram em apenas 1 dos documentos sob exame nesse período. A relação total de temáticas identitárias e microestratégias articuladas pode ser observada através do quadro B.

QUADRO B – RECURSOS ARGUMENTATIVOS NAS ENTREVISTAS DE NETANYAHU PARA A MÍDIA ESTRANGEIRA EM 2009

Entrevista	Temáticas de Identidade Nacional	Micro-Estratégias de Perpetuação
Transcrição da Entrevista do Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu na CBS's Evening News	<ul style="list-style-type: none"> ● Segurança; ● Unidade; ● Paz. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Autorrepresentação positiva/estratégia de acalmamento; ● Defesa; ● Evasão.

Transcrição da Entrevista do Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu no “Today Show” da NBC	<ul style="list-style-type: none"> ● Segurança; ● Unidade; ● Paz. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Autorrepresentação positiva/estratégia de acalmamento; ● Defesa.
Entrevista com o Primeiro-Ministro Netanyahu no jornal “BILD” - Parte I	<ul style="list-style-type: none"> ● Justeza dos objetivos israelenses; ● Segurança; ● Unidade; ● Paz. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Autorrepresentação positiva/estratégia de acalmamento; ● Continuação; ● Defesa.
Entrevista do Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu na RAI TV	<ul style="list-style-type: none"> ● Justeza dos objetivos israelenses; ● Segurança; ● Deslegitimação dos palestinos; ● Autopercepção coletiva positiva; ● Autovitimização; ● Unidade; ● Paz. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Autorrepresentação positiva/estratégia de acalmamento; ● Representação em preto e branco; ● Continuação; ● Defesa; ● Evasão.
Entrevista com o Primeiro-Ministro Netanyahu no jornal “BILD” - Parte II	<ul style="list-style-type: none"> ● Justeza dos objetivos israelenses; ● Segurança; ● Autovitimização; ● Unidade; ● Paz. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Autorrepresentação positiva/estratégia de acalmamento; ● Continuação; ● Defesa.
Entrevista com o PM Netanyahu na ABC News	<ul style="list-style-type: none"> ● Segurança; ● Deslegitimação dos palestinos; ● Unidade; ● Paz. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Autorrepresentação positiva/estratégia de acalmamento; ● Defesa; ● Evasão.
Entrevista com o PM Netanyahu no “Late Edition” da CNN	<ul style="list-style-type: none"> ● Justeza dos objetivos israelenses; ● Segurança; ● Deslegitimação dos palestinos; ● Autopercepção coletiva positiva; ● Autovitimização; ● Unidade; ● Paz. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Autorrepresentação positiva/estratégia de acalmamento; ● Continuação; ● Defesa; ● Evasão.

Entrevista com o PM Netanyahu no Today Show	<ul style="list-style-type: none"> ● Segurança; ● Deslegitimação dos palestinos; ● Paz. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Continuação; ● Defesa; ● Evasão.
--	--	--

Fonte: Israel, 2009a, 2009b, 2009c, 2009d, 2009e, 2009f, 2009g, 2009h.

A fim de ilustrar tais dimensões, pode-se recorrer diretamente a determinados excertos dessas entrevistas, os quais auxiliam a visualizar de forma prática o emprego das dinâmicas discursivas mencionadas. Na entrevista ao jornal alemão BILD, quando indagado sobre a questão dos direitos dos palestinos, Netanyahu comentou que

A abordagem que busca resolver o problema ao ter os palestinos vivendo pacificamente e livremente ao nosso lado é bastante comum ao redor do mundo. O que não tem sido expressado claramente o suficiente é o consenso que existe no lado israelense e que tem caracterizado sucessivos governos. Nós queremos viver pacificamente ao lado dos palestinos e nós não queremos governá-los. Nós queremos que eles tenham todos os poderes para se governarem – exceto aquele punhado de poderes que podem ameaçar Israel. Um governo palestino não precisa de foguetes e mísseis. Essa é uma das duas preocupações que nós temos. Se nós somos requeridos a reconhecer um Estado palestino, nós esperamos que os palestinos reconheçam um Estado judaico. Israel é o Estado-nação do povo judeu com muita população não-judia vivendo como cidadãos plenos e iguais – árabes, muçulmanos, cristãos. Então o reconhecimento de Israel como o Estado-nação do povo judeu é essencial para a paz. Esse é o elemento central e mais importante que está faltando e também o motivo pelo qual esse conflito continua por tantos anos. Em segundo lugar, um Estado palestino deve ser um Estado desmilitarizado porque nós não queremos ter outra Gaza. Nós não queremos ter outro Irã ao lado de nossas fronteiras. E não queremos ter uma repetição das experiências que nós tivemos com milhares de foguetes e mísseis disparados contra nós de um território que desocupamos e que agora é controlado pelos palestinos. Isso é essencialmente o que o ‘Hamastão’ é. É uma base terrorista apoiada pelo Irã, de onde os palestinos disparam foguetes contra cidades e casas israelenses. Nós não podemos nos dar o luxo de criar outro Hamastão em nossas fronteiras (Israel, 2009c, *online*, tradução própria²³).

²³ No original: “The approach that seeks to solve the problem by having the Palestinians living peacefully and freely next to us is pretty common around the world. What hasn’t been expressed clearly enough was the consensus that exists on the Israeli side and that has characterized successive governments. We want to live peacefully next to the Palestinians and we don’t want to govern them. We want them to have all the powers to govern themselves - except those handful of powers that could threaten Israel. A Palestinian government doesn’t need rockets and missiles. This is one of the two concerns we have. If we are asked to recognize a Palestinian state we expect the Palestinians to recognize a Jewish state. Israel is the nation-state of the Jewish people with a lot of non-Jewish people living as full and equal citizens – Arabs, Muslims, Christians. So the recognition of Israel as the nation state of the Jewish people is essential for peace. This is the central and most important element that has been missing and also the reason that this conflict continues for so many years. Secondly, a Palestinian state must be a demilitarised state because we don’t want to have another Gaza. We don’t want to have another Iran next to our borders. And we don’t want to have a repeat of our experiences we had with thousands of rockets and missiles fired at us from a territory that we vacated and is now controlled by the Palestinians. This is essentially what ‘Hamastan’ is. It’s an Iranian-backed terrorist base from which Palestinians fire rockets into Israeli towns and homes. We cannot afford to create another Hamastan on our borders” (Israel, 2009c, *online*).

Ao longo dessa passagem, as temáticas da paz, da unidade e da segurança podem ser identificadas conforme o PM israelense discorre em sua resposta. As duas primeiras são articuladas ao passo que Netanyahu caracteriza de imediato o povo israelense como consensualmente e continuamente aspirando pela paz, de forma que o estabelecimento de uma vizinhança pacífica e livre no seu entorno é entendido como um de seus objetivos nacionais centrais. O tema da segurança, no que lhe diz respeito, pode ser observado de modo mais firme e assertivo ao longo de todo o trecho, seja ao mencionar abertamente a rejeição da possibilidade de um Estado palestino que dispunha de poderes – militares – capazes de ameaçar a existência de Israel, seja na frequente alusão à posse e ao disparo de foguetes e mísseis palestinos contra a população e a infraestrutura israelenses, ou, ainda, no uso do termo pejorativo “Hamastão” para se referir à região de Gaza e associá-la a demais territórios governados por grupos terroristas anti-Israel.

No que concerne às microestratégias empregadas, pode-se observar a presença das estratégias de autorrepresentação positiva/acalmamento, de continuação e de defesa. A primeira, uma vez que o topos do *locus amoenus* é utilizado em dois momentos diferentes: inicialmente, ao mencionar o desejo de se viver em um lugar político ideal em que a harmonia, a paz e a liberdade estão em confluência, sem demais intervenções externas, e ao descrever o Estado de Israel como um espaço em que indivíduos de diversas etnias e religiões podem viver em conjunto e desfrutar dos mesmos direitos civis; no entanto, é importante que se atente que, ao mesmo tempo em que árabes, muçulmanos e cristão são apresentados como “cidadãos plenos e iguais”, Israel ainda é, na mesma fala, descrito como sendo fundamentalmente o “Estado-nação do povo judeu”. A estratégia de continuação, por sua vez, é empregada a fim de caracterizar os sucessivos governos israelenses como continuamente a favor de uma paz positiva para a região. Em relação à estratégia de defesa, por fim, pode-se identificar o uso do topos do desastre, em que se rejeita imediatamente, com base em experiências passadas, a possibilidade de uma solução para o conflito que possa gerar o estabelecimento de um “Hamastão” no entorno de Israel, o qual poderia ter capacidade de ameaçar e atacar diretamente a população e o território israelenses.

Em outra instância, quando questionado pela Radiotelevisione Italiana (RAI) sobre a genuinidade do compromisso de Israel para com a paz em meio à continuidade na construção de assentamentos na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental, Netanyahu respondeu que

Primeiro de tudo, separe os dois. Jerusalém é a nossa capital, tem sido a nossa capital desde os tempos do Rei Davi. Isso é bastante tempo. Durante os milhares de anos de história de Jerusalém, a única vez, certamente nos últimos séculos, a última vez em que judeus, cristãos e muçulmanos tiveram livre acesso aos lugares sagrados e liberdade de culto sem restrições, foi desde que a cidade foi reunificada sob Israel em 1967. Você pode ir ao Santo Sepulcro, você pode ir à Mesquita de Al-Aqsa, você pode ir ao Muro das Lamentações. Esses são locais que são muito sagrados ao cristianismo, islamismo e judaísmo. As pessoas estão lá o tempo todo, lado a lado. Então Jerusalém deve permanecer a capital indivisível de Israel com liberdade de fé, de todas as fés.

No que concerne aos assentamentos, isso é algo que será discutido nas negociações sobre o status final. Em um acordo de paz final, o destino dos assentamentos será decidido. E eu aceitei que nós não devemos prejudicar o resultado final. Então eu disse que nós não iremos construir novos assentamentos, que nós não iremos expropriar terras adicionais para expandir os assentamentos existentes, e que tudo o que nós pedimos é que, pendente um acordo de paz final, as pessoas que estão lá terão permissão de viver uma vida normal. Eles têm crianças, eles precisam de creches, eles precisam de clínicas de saúde e assim por diante. Isso é, eu acho, uma posição equitativa que reflete a nossa disposição de entrar imediatamente em negociações de paz e seguir em frente com a paz. Eu acho que quanto mais tempo passamos discutindo sobre isso, mais tempo perdemos ao invés de avançarmos em direção à paz (Israel, 2009d, *online*, tradução própria²⁴).

Ao decorrer desse excerto, as temáticas da justiça dos objetivos israelenses, da autopercepção positiva e da paz também se mostram presentes na fala do Primeiro-Ministro. O primeiro tema pode ser observado ao passo que Netanyahu invoca o vínculo histórico e ancestral dos judeus com a cidade de Jerusalém, utilizando da figura do Rei Davi como forma de ancorar essa crença em um espaço temporal que remonta a cerca de 1000 anos a.C. e, assim, legitimar sua reivindicação sobre esse território. A autopercepção coletiva positiva, ainda, é identificada na retratação de Jerusalém como sendo um espaço com importantes locais sagrados para as mais diversas fés, mas cujas populações tiveram plena liberdade para exercer suas respectivas religiões sem quaisquer entraves somente quando a cidade esteve sob o domínio israelense, demonstrando, através disso, a moralidade elevada do povo judeu e justificando a sua permanência completa sob

²⁴ No original: “First of all, separate the two. Jerusalem is our capital, it has been our capital since the time of King David. That’s a pretty long time. During the thousands of years of history of Jerusalem, the only time, certainly in the last centuries, the only time in which, Jewish, Christians and Muslims had free access to the Holy Places and freedom to worship in unfettered way, was since the city was reunited under Israel in 1967. You can go to the Holy Sepulcher, you can go to the Al Aqsa mosque, you can go to the Western Wall. These are the sites which are very holy to Christianity, Islam and Judaism. People are there all the time, side by side. So Jerusalem should remain the undivided capital of Israel with freedom of faith, of all faiths.

As far as the settlements are concerned, this is something that will be discussed in final status negotiations. In a final peace agreement the fate of the settlements will be decided. And I accepted that we shouldn’t prejudge the final outcome. So I have said that we will not build new settlements, that we will not expropriate additional land to expand existing settlements, and that all we ask is that, pending a final peace agreement, the people who are there will be allowed to live a normal life. They have children, they need kindergartens, they need health clinics and so on. This is, I think, an equitable position which reflexes our willingness to enter immediately in peace negotiations and get on with peace. I think that the more we spend time arguing about this, the more we waste time instead of moving towards peace” (Israel, 2009d, *online*).

o governo de Israel. Em seguida, as crenças em torno da paz também são manifestadas nesse trecho, uma vez que Netanyahu expressa claramente a sua “disposição de entrar imediatamente em negociações de paz”, inferindo assim o seu desejo em garantir uma solução para o conflito.

No que se refere às estratégias discursivas utilizadas nesse momento, o Primeiro-Ministro israelense aplica a autorrepresentação positiva/estratégia de acalmamento, a continuação e a evasão. Em relação à primeira, o topos de *locus amoenus* é posto em prática em conjunção à autopercepção coletiva positiva, observada na caracterização de Jerusalém sob Israel como sendo um local cujos direitos de liberdade de religião são plenamente respeitados e garantidos, reforçando, assim, uma ideia de harmonia e paz na cidade. A continuação, no que lhe concerne, é empregada ao associar e justificar Jerusalém como sendo a capital indivisível de Israel a partir da sua conexão com esse território há milhares de anos, o que é entendido como um dos motivos para que essa situação permaneça nesse estado. Por fim, a evasão pode ser identificada em relação ao assunto dos assentamentos, de modo que Netanyahu faz uso dessa estratégia a fim de evitar adentrar nessa questão e estabelecer maiores compromissos até que as tratativas em torno das negociações de um acordo de paz final sejam iniciadas.

4.1.2 Entrevistas de Netanyahu para a Mídia Estrangeira em 2010

No ano de 2010, o Escritório do Primeiro-Ministro de Israel disponibiliza, em língua inglesa, 5 entrevistas de Netanyahu para a mídia estrangeira. Dentre elas, 4 têm como foco o público norte-americano, sendo que a restante, organizada pela Associação de Imprensa Estrangeira (do inglês *Foreign Press Association*), visa um público mais global. Os assuntos abordados, ainda, seguiram a mesma linha dos propostos em 2009, incluindo as tratativas para a paz, os assentamentos israelenses, o status de Jerusalém, o Hamas, as relações bilaterais de Israel e as preocupações nucleares com o Irã.

No que diz respeito aos conteúdos dessas entrevistas, vide quadro C, também houve uma certa continuidade em relação ao ano anterior, de modo que 6 das 8 temáticas de identidade nacional continuaram imbuídas nas argumentações do Primeiro-Ministro. Dessas, somente os temas do patriotismo e da autovitimização não foram identificados; assim, a justiça dos objetivos israelenses, a segurança, a deslegitimação dos palestinos, a autopercepção coletiva positiva, a unidade e a paz permaneceram no vocabulário do entrevistado. Nesse sentido, ainda, a segurança

e a paz seguiram como os elementos de maior destaque, estando presentes em todas as 5 entrevistas analisadas; em seguida, observa-se a deslegitimação dos palestinos, observada em 4 transcrições, e, a autopercepção positiva, em 3.

Em relação às microestratégias de perpetuação de identidade nacional, Netanyahu empregou 4 das 5 apresentadas por Wodak *et al* (2009), sendo que a estratégia de continuação foi a única que não foi articulada. Como destaque, menciona-se a estratégia de defesa, cujos esquemas de argumentação estiveram presentes em todas as entrevistas analisadas. A estratégia de autorrepresentação positiva/acalmamento, por seu turno, foi aplicada em 3 transcrições, enquanto a evasão, em 3, e a representação em preto e branco, em 1.

QUADRO C – RECURSOS ARGUMENTATIVOS NAS ENTREVISTAS DE NETANYAHU PARA A MÍDIA ESTRANGEIRA EM 2010

Entrevista	Temáticas de Identidade Nacional	Micro-Estratégias de Perpetuação
Discurso e Entrevista com o PM Netanyahu com a Foreign Press Association	<ul style="list-style-type: none"> ● Segurança; ● Deslegitimação dos palestinos; ● Autopercepção positiva ● Unidade; ● Paz. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Autorrepresentação positiva/estratégia de acalmamento; ● Defesa.
Entrevista na “Good Morning America” da ABC com o PM Netanyahu	<ul style="list-style-type: none"> ● Segurança; ● Deslegitimação dos palestinos; ● Paz. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Defesa; ● Evasão.
Entrevista na CBS News com o PM Netanyahu	<ul style="list-style-type: none"> ● Segurança; ● Paz. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Defesa.
Entrevista no “Larry King Live” da CNN com o PM Netanyahu	<ul style="list-style-type: none"> ● Justeza dos objetivos israelenses; ● Segurança; ● Deslegitimação dos palestinos; ● Autopercepção coletiva positiva; ● Paz. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Autorrepresentação positiva/estratégia de acalmamento; ● Representação em preto e branco; ● Defesa; ● Evasão.

Entrevista na “Fox News Sunday” com o Primeiro-Ministro Netanyahu	<ul style="list-style-type: none"> ● Segurança; ● Deslegitimação dos palestinos; ● Autopercepção coletiva positiva; ● Paz. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Autorrepresentação positiva/estratégia de acalmamento; ● Defesa; ● Evasão.
--	--	--

Fonte: Israel, 2010a, 2010b, 2010c, 2010d, 2010e.

Em termos concretos, pode-se utilizar a entrevista do PM Netanyahu para o programa Larry King Live, da norte-americana CNN, para melhor visualizar tais dinâmicas. Ao ser questionado sobre a possibilidade de paz com o Hamas e se acreditava que poderiam mudar os princípios antissionistas da organização, Netanyahu respondeu que

Acho que no caso do Hamas, ele é basicamente um proxy, um proxy terrorista do Irã. O Irã clama abertamente pela nossa destruição. Ele nega o Holocausto. Patrocina o terrorismo em toda parte. Ele brutaliza seu próprio povo. O Hamas, a propósito, faz a mesma coisa com os palestinos em Gaza. Eles não têm escolha de verdade. Eles não podem realmente votar na saída do Hamas. Eles não podem decidir o seu próprio destino.

Mas veja o que está acontecendo na Cisjordânia com a nossa cooperação. Sabe, nós removemos – eu removi centenas de checkpoints, centenas de bloqueios de estradas. E a economia palestina na Cisjordânia está crescendo. Quero dizer, há cafeterias, shopping centers, comércios eletrônicos, e por aí vai. Ela está crescendo cerca de 8% ou 9% ao ano, o que não é ruim nos dias de hoje.

E eu fico muito feliz com isso. E quero acrescentar a isso uma paz formal – paz com segurança e prosperidade. O Hamas é totalmente o contrário. Eles estão – sabe, eles estão submetendo o seu próprio povo a coisas terríveis. E eles estão usando o território para estocar armas. Eu gostaria que – eu gostaria que eles mudassem e que aceitassem o Estado de Israel. Mas enquanto eles pedirem pela nossa destruição, não há muito que possamos fazer (Israel, 2010d, *online*, tradução própria²⁵).

Nesse excerto, é possível observar, acima de tudo, uma maior aplicação das temáticas de segurança, de autopercepção positiva e de paz. Em relação à primeira, ela é elencada em dois

²⁵ No original: “I think in the case of Hamas, it's basically a proxy, a terror proxy of Iran. Iran openly calls for our destruction. It denies the Holocaust. It sponsors terrorism everywhere. It brutalizes its own people. Hamas, by the way, does the same thing to the Palestinians in Gaza. They don't really have a choice. They can't really vote the Hamas out. They can't decide their own fate.

But look at what is happening in the West Bank with our cooperation. You know, we removed – I removed hundreds of check points, hundreds of road blocks. And the Palestinian economy on the West Bank is just booming. I mean, there's coffee shops, there's shopping malls, there's e-businesses, you name it. It's growing at about 8 percent or 9 percent a year which isn't bad these days.

And I'm very happy for that. And I want to add on to that a formal peace – peace with security and prosperity. Hamas is totally the other way around. They are – you know, they're subjecting their own people to terrible things. And they're using the territory to just stockpile weapons. I wish they – I wish they'd change, and I wish they'd accept the state of Israel. But as long as they call for our destruction, there's not much we can do” (Israel, 2010d, *online*).

momentos principais: ao comparar e associar o Hamas diretamente ao Irã, classificando-o como um proxy terrorista desse último, o qual tem como objetivo a destruição de Israel e, portanto, patrocinaria a organização com esse propósito; e ao reforçar o intuito do próprio Hamas em dismantelar o Estado israelense, mencionando ainda o uso do território de Gaza como forma de estocar armamento a ser disparado contra Israel, e rejeitando a possibilidade de negociação com o grupo enquanto essa pretensão permanecesse em voga. Em relação à autopercepção positiva, menciona-se o crescimento econômico na Cisjordânia como fruto da cooperação israelense, de forma que a sua boa-fé, traduzida na remoção de diversas barreiras para a sociedade local, seria responsável por essa melhora nos índices dessa economia. O tema da paz, por fim, é abordado ao passo que Netanyahu menciona almejar uma paz formal com os palestinos, garantindo assim segurança e prosperidade generalizada para a região.

As estratégias discursivas utilizadas em conjunção a essas temáticas, por sua vez, incluíram a de defesa e a representação em preto e branco. A estratégia de defesa pode ser constatada através dos mesmos meios observados no tema de segurança, ou seja, através da comparação e da associação de Hamas ao Irã, entendendo-se esse último como antagônico a Israel ao passo que nega aspectos centrais da vivência judaica, como o Holocausto, e se declara abertamente a favor da liquidação do Estado israelense. De mesmo modo, a defesa também está presente ao se realçar o caráter antissionista do Hamas, seja através do perigo existente na estocagem de foguetes e mísseis, seja na própria menção à ameaça que o grupo põe à existência continuada de Israel. A estratégia de representação em preto e branco, ainda, ocorre em consonância a essas mesmas preocupações, mas é utilizada a fim de reafirmar a boa-fé judaica e o seu compromisso para com a paz, pondo a experiência positiva – do ponto de vista israelense – na Cisjordânia em contraste com as crenças estabelecidas sobre o Hamas, mencionando que a organização é “totalmente o contrário”, ou seja, não desejam a paz e a prosperidade palestinas, e sujeitam seu próprio povo a “coisas terríveis”.

4.1.3 Entrevistas de Netanyahu para a Mídia Estrangeira em 2011

Para o ano de 2011, o repositório do PM de Israel disponibiliza 3 transcrições de entrevistas de Netanyahu para a mídia internacional, 2 das quais voltadas para os veículos de imprensa dos Estados Unidos e 1 para o público global. Dentre os principais tópicos abordados,

menciona-se as negociações de paz com os palestinos, os assentamentos israelenses, a divisão de Jerusalém, as relações exteriores de Israel, e demais assuntos transversais, como o armamento nuclear iraniano e o advento da Primavera Árabe (2010-2012).

Conforme evidenciado pelo quadro D, as temáticas incorporadas nas falas do Primeiro-Ministro durante essas entrevistas compreenderam 7 das 8 temáticas de identidade nacional apresentadas. Isso inclui a justeza dos objetivos israelenses, a segurança nacional, a deslegitimação dos palestinos, a autopercepção coletiva positiva, a autovitimização, a unidade como povo e a paz, de modo que somente o patriotismo não foi incorporado no curso de suas argumentações. Em especial, pode-se evidenciar as crenças em torno da justeza dos objetivos sionistas, da segurança israelense, da autovitimização e da paz como os elementos de maior prevalência, os quais tiveram sua presença contabilizada e percebida em todas as 3 transcrições analisadas.

As articulações discursivas utilizadas por Netanyahu envolveram as 5 microestratégias de perpetuação apresentadas, contendo, assim, as estratégias de defesa, de autorrepresentação positiva/acalmamento, de representação em preto e branco, de continuação e de evasão. De modo semelhante aos anos anteriores, as argumentações envolvendo defesa estiveram presentes em todas as 3 entrevistas transcritas, enquanto a autorrepresentação positiva, a representação em preto e branco e a continuação foram identificadas em 2 cada, e a evasão em apenas 1.

QUADRO D – RECURSOS ARGUMENTATIVOS NAS ENTREVISTAS DE NETANYAHU PARA A MÍDIA ESTRANGEIRA EM 2011

Entrevista	Temáticas de Identidade Nacional	Micro-Estratégias de Perpetuação
Entrevista do PM Netanyahu com Piers Morgan da CNN	<ul style="list-style-type: none"> ● Justeza dos objetivos israelenses; ● Segurança; ● Deslegitimação dos palestinos; ● Autopercepção coletiva positiva; ● Autovitimização; ● Unidade; ● Paz. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Autorrepresentação positiva/estratégia de acalmamento; ● Representação em preto e branco; ● Defesa.

<p>YouTube World View Interview With PM Benjamin Netanyahu</p> <p>Entrevista da YouTube World View com o PM Benjamin Netanyahu</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Justiça dos objetivos israelenses; ● Segurança; ● Deslegitimação dos palestinos; ● Autopercepção coletiva positiva; ● Autovitimização; ● Paz. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Autorrepresentação positiva/estratégia de acalmamento; ● Representação em preto e branco; ● Continuação ● Defesa; ● Evasão.
<p>Entrevista do Mike Huckabee com o PM Netanyahu na Fox News</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Justiça dos objetivos israelenses; ● Segurança; ● Autovitimização ● Paz. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Continuação; ● Defesa.

Fonte: Israel, 2011a, 2011b, 2011c.

Nesse ano, Netanyahu encontrou Piers Morgan, da rede televisiva norte-americana CNN, a fim de dialogar sobre os assuntos de maior urgência à época. Assim, em meio a um Oriente Médio tomado pelas dinâmicas da Primavera Árabe, Morgan mencionou que Israel era, naquele momento, um dos locais mais calmos da região, e questionou o Primeiro-Ministro sobre a possibilidade de se fazer a paz acontecer naquele contexto imediato. Em resposta, Netanyahu articulou:

Se você puder ter certeza de quem será seu parceiro amanhã.

Você nem mesmo tem certeza disso. Queremos ter certeza de que temos uma sólida (INAUDÍVEL) de segurança e também queremos a reconciliação mútua.

Reconhecemos os direitos dos palestinos a um Estado próprio. Embora eles estejam sentados em parte da nossa terra natal ancestral, é muito doloroso fazer isso. Mas eu tenho feito isso. Tenho dito isso. Mas eles se recusam a dizer que reconhecem um Estado judeu, um Estado-nação para o povo judeu.

Eu estou falando sobre – eu não estou falando do Hamas, estou falando da Autoridade Palestina, que deveria confrontar o Hamas e confrontar seu próprio povo e dizer: Ei, acabou. Desistimos do fantasma de dismantelar Israel ou dissolver Israel ou inundá-lo de refugiados. Acabou. Sem mais guerra, sem mais derramamento de sangue. Exatamente como Sadat disse. Eu quero ouvir essa declaração de forma clara, mas estou disposto, já fiz essas declarações.

Portanto, o problema que você tem na comunidade internacional é que os palestinos não querem dar um fim ao conflito, não querem dizer que um Estado palestino será o fim de um conflito e não um estágio na dissolução de Israel. Agora, eles falam de paz para o exterior, mas não para o seu próprio povo.

Para o seu próprio povo – no dia em que essas pessoas – essa família foi selvagemmente brutalizada – brutalmente assassinada – bebês foram esfaqueados – nesse dia, a autoridade palestina tinha uma praça chamada al-Bireh, que é um subúrbio de Ramallah, em nome de um terrorista que assassinou 37 israelenses em um ônibus, incluindo 12

crianças. Para o mundo exterior, eles falam de paz. Internamente, eles promovem uma cultura de ódio.

E eu lhes digo: basta. Nós não temos isso. Nós somos uma sociedade totalmente transparente. Estou pronto, como primeiro-ministro de Israel, para entregar a paz. Eu tenho – eu lhes dou uma oportunidade. Estou disposto a fazer isso e posso garantir a paz. Porque se eu assinar uma paz – (Israel, 2011a, *online*, tradução própria²⁶).

Essa passagem aborda 4 das temáticas de identidade nacional apontadas por Oren e Bar-Tal (2006) como duradoura ao longo da história da sociedade israelense, incluindo a justiça dos objetivos israelenses, a segurança, a deslegitimação dos palestinos e a paz. A primeira crença pode ser identificada ao passo que Netanyahu caracteriza Israel como a terra natal ancestral do povo judeu, remontando à experiência milenar do seu povo naquela localidade. Em seguida, a segurança é observada primeiramente na criação de possíveis falas desejáveis que o Primeiro-Ministro gostaria de ouvir por parte do povo palestino, como a desistência dos objetivos de “desmantelar Israel ou dissolver Israel ou inundá-lo de refugiados” como forma de findar a guerra, garantindo uma paz duradoura e não-ameaçadora para o Estado judaico. A deslegitimação dos palestinos, por sua parte, está conectada a argumentos que inferem que os palestinos buscam a continuidade do conflito Israel-Palestina e que, além disso, internamente fomentam uma cultura de ódio e de antissemitismo para com Israel. Em relação à última temática, ainda, menciona-se o anseio e a disposição do governo israelense em iniciar o processo de negociação da paz.

No tocante às microestratégias incorporadas ao discurso, pode-se identificar a estratégia de defesa e a representação em preto e branco. A estratégia de defesa é, mais uma vez, utilizada

²⁶ No original: “If you can be sure of who your partner will be tomorrow.

You're not even sure of that. You want to make sure that you have solid (INAUDIBLE) of security and you also want mutual reconciliation.

We recognize the rights of the Palestinians for a state of their own. Even though they're sitting in part of our ancestral homeland, it's very painful to do that. But I've been doing it. I've been saying it. But they refuse to say that they recognize a Jewish state, a nation state for the Jewish people.

I'm talking about – I'm not talking about the Hamas, I'm talking about the Palestinian authority that should confront Hamas and confront their own people and say, hey, it's over. We give up the ghost of dismantling Israel or dissolving Israel or flooding it with refugees. It's over.

No more war, no more bloodshed. Just as Sadat said. I want to hear that clear statement but I'm willing, I've already made those statements.

And so the problem you have in the international community is that the Palestinians do not want to put a finality to the conflict, do not want to say that a Palestinian state will be an end to a conflict and not a stage in the dissolution of Israel. Now, they speak peace to the outside but not to their own people.

To their own people – on the day that these people – this family was savagely brutalized – brutally murdered – babies were stabbed – on that day, the Palestinian authority had a square called al-Bireh, which is a suburb of Ramallah, in name of a terrorist who murdered 37 Israelis on a bus, including 12 children. To the outside world they speak peace. Internally they foster a culture of hate.

And I tell them, enough. We don't have that. We're a totally transparent society. I'm ready as the prime minister of Israel to deliver peace. I have – I give you an opportunity. I'm willing to do this and I can deliver a peace. Because if I sign a peace –” (Israel, 2011a, *online*).

em acordo com a temática da segurança, referenciando possíveis falas de líderes palestinos a fim de retratar um cenário ideal em que os principais perigos para Israel – a destruição ou a dissolução do Estado israelense e a inundação de refugiados palestinos em seu território – não seriam mais existentes, garantindo, assim, o fim da guerra. A representação em preto e branco, no que lhe concerne, está mais relacionada ao contraste entre uma sociedade israelense pacífica e transparente e uma sociedade palestina odiosa, cujas declarações, atos e políticas internas – ilustradas através do assassinato da família Fogel e da nomeação de uma praça pública – promoveriam a violência contra o Estado e os cidadãos judeus de Israel.

4.1.4 Entrevistas de Netanyahu para a Mídia Estrangeira em 2012

Em relação ao ano de 2012, o Escritório do Primeiro-Ministro de Israel disponibiliza 3 transcrições na língua inglesa de entrevistas do PM Benjamin Netanyahu para a mídia estrangeira. Tais entrevistas, das quais 2 foram direcionadas ao público norte-americano e, 1, ao público alemão, tiveram como foco assuntos como as negociações de paz entre Israel e Palestina, os assentamentos judaicos em território palestino, a questão de Jerusalém, o Hamas e as relações bilaterais israelenses; ainda, tópicos de maior tangencialidade ao assunto central para esta análise também estiveram presentes, como o programa nuclear iraniano, a Primavera Árabe e, até mesmo, a vida pessoal do Primeiro-Ministro.

Quanto às temáticas identitárias abordadas ao longo dessas entrevistas, foram identificados 6 dos 8 temas apresentados por Oren e Bar-Tal (2006). Eles compreenderam, assim, a justeza dos objetivos israelenses, a segurança, a deslegitimação dos palestinos, a autovitimização, a unidade e a paz; a autopercepção coletiva positiva e o patriotismo, por sua vez, não figuraram ao longo deste ano. Coloca-se em destaque, ainda, as crenças sociais em torno da autovitimização, que estiveram presentes em todas as 3 entrevistas disponíveis, e da segurança e da paz, que também foram operacionalizadas em 2 entrevistas; as temáticas restantes, por fim, figuraram em apenas 1.

As estratégias discursivas empregadas por Netanyahu incluíram, ainda, 4 das 5 mencionadas por Wodak *et al* (2009), englobando as estratégias de defesa, de representação em preto e branco, de continuação e de evasão. Os recursos discursivos relativos à defesa estiveram presentes em todas as transcrições analisadas, enquanto as restantes, de representação em preto e

branco, de continuação e de evasão, foram aplicadas 1 única entrevista cada. Em sua totalidade, esses dados podem ser melhor observados de forma detalhada no quadro E abaixo.

**QUADRO E – RECURSOS ARGUMENTATIVOS NAS ENTREVISTAS DE
NETANYAHU PARA A MÍDIA ESTRANGEIRA EM 2012**

Entrevista	Temáticas de Identidade Nacional	Micro-Estratégias de Perpetuação
Entrevista do PM Netanyahu no “Face the Nation” da CBS	<ul style="list-style-type: none"> ● Segurança; ● Autovitimização; ● Paz. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Defesa.
Entrevista do PM Netanyahu na FOX News	<ul style="list-style-type: none"> ● Autovitimização. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Defesa.
Entrevista do PM Netanyahu com Die Welt	<ul style="list-style-type: none"> ● Justeza dos objetivos israelenses; ● Segurança; ● Deslegitimação dos palestinos; ● Autovitimização; ● Unidade ● Paz. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Representação em preto e branco; ● Continuação; ● Defesa; ● Evasão.

Fonte: Israel, 2012a, 2012b, 2012c.

Em diálogo com o jornal alemão Die Welt, o entrevistador mencionou as dificuldades inerentes ao cargo de Primeiro-Ministro de Israel, com ênfase nas constantes ameaças no entorno da sua sociedade. Com isso em vista, ao ser questionado sobre o motivo de qualquer indivíduo almejar esse posto, Netanyahu respondeu:

[Ri] Bem, é uma boa pergunta, mas aparentemente não há muitas pessoas perguntando isso, porque muitas pessoas gostariam de tê-lo. Eu ocupo esse cargo não por motivos pessoais, mas porque sinto uma profunda missão de proteger o povo judeu e o único Estado judeu. Tivemos uma história horrível no solo da Europa. Nosso povo foi assassinado – seis milhões de pessoas e, das cinzas do Holocausto, construímos o Estado. Esse Estado está sendo atacado repetidas vezes por Estados árabes e agora por terroristas apoiados pelo Irã. E está sendo atacado repetidamente com calúnias. Em nossa história, inclusive no solo da Europa, tínhamos um padrão regular. Primeiro o povo judeu foi difamado, depois foi atacado. E a calúnia e a difamação serviram como legitimação para os ataques que se seguiram e, de muitas maneiras, é isso que está acontecendo com o Estado de Israel.

Ele é difamado repetidas vezes na opinião pública, inclusive na opinião pública europeia, para preparar os ataques. E as pessoas não conhecem os fatos. Elas não sabem que fomos atacados nas áreas que agora nos pedem para devolver. Elas não sabem que, quando desocupamos os territórios em Gaza, assim que saímos, o Irã entrou imediatamente e disparou foguetes contra nós. As pessoas podem pedir seriamente que simplesmente nos afastemos? Que desocupemos toda essa área? Elas podem nos dizer seriamente vocês não têm nenhuma ligação com essas áreas? Essas áreas onde Abraão, Isaque e Jacó caminharam, onde meus ancestrais caminharam, onde os judeus estão há milhares de anos?

Não estou dizendo que não reconhecemos que há outro povo lá. Eu reconheço, e quero ter paz com eles. E estou preparado para que eles tenham seu próprio Estado, mas não quero ver uma situação em que sejamos completamente apagados, em que nós – que não queremos governar os palestinos – façamos com que eles estabeleçam outro Estado terrorista apoiado pelo Irã nos subúrbios de Tel Aviv que ameaça nossa própria sobrevivência. (Israel, 2012c, *online*, tradução própria²⁷).

Ao longo dessa passagem, pode-se destacar o uso de temáticas de identidade nacional relativas à justiça dos objetivos israelenses, à segurança, à autovitimização e à paz. As crenças sociais em torno da justiça dos objetivos israelenses podem ser observadas na constante referência ao passado histórico judaico, incluindo as experiências antissemitas na Europa, e à conexão ancestral do povo judeu com o território de Israel e da Palestina Histórica, ilustrando esse vínculo através das figuras milenares de Abraão, Isaque e Jacó. A segurança, por sua vez, está presente nos argumentos que conectam o Estado israelense ao sofrimento de ataques constantes por parte dos Estados árabes e de organizações terroristas, exemplificados através do disparo de foguetes e mísseis contra a população israelense, e nas próprias preocupações em torno das possíveis ameaças à sua existência, como na possibilidade de aniquilação de Israel e seus cidadãos. A autovitimização, ainda, fica evidente nos trechos em que os israelenses se

²⁷ No original: “[Laughs] Well, it’s a good question, but apparently not enough people are asking it because quite a few people would like to have it. I have this position not for any personal reasons, it is because I feel a deep mission to protect the Jewish people and the one and only Jewish state. We’ve had a horrible history on the soil of Europe. Our people were murdered – six million of our people and from the ashes of the Holocaust, we built the state. This state is being attacked again and again by Arab states and now by Iranian-backed terrorists. And it’s being attacked again and again with slander. In our history, including on the soil of Europe, we had a regular pattern. First the Jewish people were maligned, then they were attacked. And the maligning, the vilification served as the legitimization for the attacks that followed, and in many ways this is what is happening to the State of Israel.

It is vilified again and again in public opinion, including in European public opinion, to prepare the attacks. And people don’t know the facts. They don’t know that we were attacked from the areas that we’re now asked to return. They don’t know that when we vacated territories in Gaza, once we walked out, Iran immediately walked in and they fired rockets on us. Can people seriously ask us to just walk away? To vacate all this area? Can they seriously tell us you have no connection to these areas? These areas where Abraham, Isaac and Jacob walked, where my ancestors walked, where Jews have been for thousands of years?

I’m not saying that we don’t recognize that there’s another people there. I do, and I want a peace with them. And I’m prepared for them to have their own state, but I don’t want to see a situation where we are completely erased, that we – who do not want to rule the Palestinians – have them establish another Iranian-backed terror state on the suburbs of Tel Aviv that threatens our very survival” (Israel, 2012c, *online*).

entendem como internacionalmente perseguidos e difamados em termos de opinião pública, articulando de forma alegórica a existência de um padrão recorrente em que os judeus – e, desde a sua fundação, o Estado judaico – são caluniados a fim de se legitimar um possível ataque contra essa população. Por último, as crenças em torno da paz são expressas através do desejo de Netanyahu e de Israel em garantir a paz e de sua prontidão para alcançar tal objetivo.

Além disso, nessa passagem, as microestratégias discursivas elencadas por Netanyahu envolvem os recursos da defesa e da continuação. A estratégia de defesa é utilizada em conjunto aos topoi de ameaça e de desastre, em que esse primeiro é utilizado ao mencionar os ataques árabes contra Israel e ao exemplificar tal situação com a experiência do ataque iraniano após a desocupação dos assentamentos judaicos em Gaza e, o segundo, ao rejeitar um possível futuro em que a evacuação de novos assentamentos possibilite a emergência de uma nova localidade dominada por terroristas com capacidade de atacar o Estado e a população israelenses. A continuação, no que se refere, se conecta aos argumentos que fazem alusão à contínua presença de judeus no território da Grande Israel, utilizando como recursos intertextuais para corroborar esse entendimento a vivência, naquela região, de personagens ancestrais sagrados para o judaísmo.

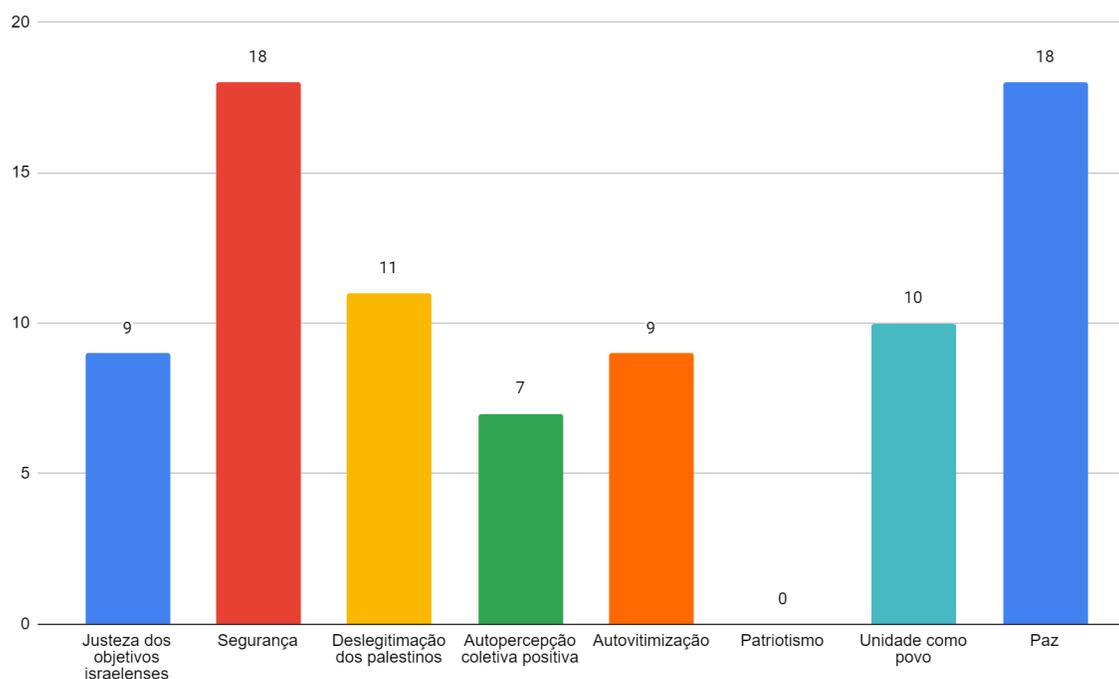
4.2 A ARTICULAÇÃO DO ‘OUTRO’ PALESTINO AO LONGO DO SEGUNDO MANDATO DO PM BENJAMIN NETANYAHU (2009-2013)

Ao longo de seu segundo mandato como Primeiro-Ministro israelense, entre 2009 e 2013, Benjamin Netanyahu concedeu uma série de entrevistas a veículos de mídia estrangeiros, das quais 19 delas estão transcritas e disponibilizadas em sua totalidade de forma online no repositório do Escritório do PM. Durante todo esse período, como anteriormente apresentado, determinados tópicos permaneceram em voga nos documentos analisados, como os elementos condicionantes e as tratativas para a paz, a questão dos assentamentos israelenses em território palestino, o status e a possibilidade de divisão da cidade de Jerusalém, a preocupação com a violência perpetrada pelo Hamas e as relações bilaterais de Israel, acima de tudo com os Estados Unidos, mas também com a Itália, a Alemanha, o Brasil, e com organismos internacionais, a exemplo da Organização das Nações Unidas (ONU); além disso, a própria apreensão com os anseios nucleares do Irã, por mais que majoritariamente paralelos às temáticas principais,

também se mostrou bastante presente. Ademais, outros assuntos como a reação de Israel à ocorrência da Primavera Árabe e outros questionamentos relativos à vida pessoal de Netanyahu também foram abordados.

As temáticas de identidade nacional empregadas nessas transcrições, ainda, envolveram, no total, 7 das 8 crenças sociais apresentadas por Oren e Bar-Tal (2006). Conforme pode ser observado no Gráfico A, os temas abordados incluíram a justiça dos objetivos israelenses, a segurança, a deslegitimação dos palestinos, a autopercepção coletiva positiva, a autovitimização, a unidade e a paz. Como maior destaque, pode-se evidenciar as crenças em torno da segurança e da paz, uma vez que 18 das 19 entrevistas contaram com argumentações que, de forma ou outra, fizeram alusão a essas temáticas, consagrando-as, assim, como fundamentais para o imaginário nacional israelense desse período, principalmente ao se levar em conta a centralidade da experiência contínua do conflito Israel-Palestina para essa sociedade. De mesmo modo e por essa mesma lógica, as temáticas de deslegitimação dos palestinos e de unidade estiveram presentes em pelo menos 50% das entrevistas, sendo que a primeira foi verificada em 11 delas – de forma constante, apareceu 4 vezes em 2009, mais 4 em 2010, 2 em 2011 e 1 em 2012 –, e, a segunda, em 10 entrevistas – 7 das quais em 2009, e 1 em cada um dos anos seguintes, demonstrando uma possível maior coesão interna no ano inicial do governo de Netanyahu, principalmente no tocante à busca pela paz. Os temas de justiça dos objetivos israelenses, de autovitimização e de autopercepção coletiva positiva, por sua vez, apareceram em menor medida, mas com números ainda expressivos ao se considerar o número total da amostra, com os dois primeiros aparecendo em 9 entrevistas cada – sendo que a autovitimização demonstrou uma maior frequência a partir de 2011, quando figurou em todas as entrevistas nesse ano e no ano seguinte – e a última em 7 delas. A manifestação de crenças relativas ao patriotismo, por fim, não foi observada em nenhum momento, possivelmente por conta do maior foco dessa temática no âmbito intraestatal.

GRÁFICO A - USO DE TEMÁTICAS DE IDENTIDADE NACIONAL (TOTAL AGRUPADO)

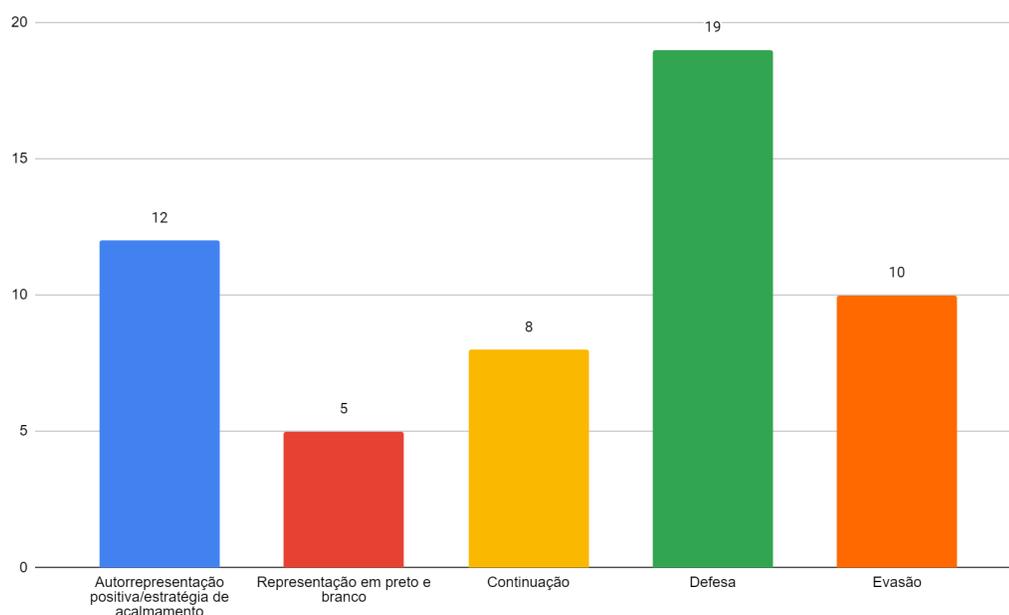


Fonte: Israel, 2009a, 2009b, 2009c, 2009d, 2009e, 2009f, 2009g, 2009h, 2010a, 2010b, 2010c, 2010d, 2010e, 2011a, 2011b, 2011c, 2012a, 2012b, 2012c.

O uso de microestratégias de perpetuação de identidade nacional também foi bastante presente, englobando todos os cinco recursos discursivos principais mencionados por Wodak *et al* (2009). Vide gráfico B, a principal estratégia empregada nesse período foi a de defesa – com destaque para os topos de ameaça e de desastre –, que esteve presente em todas as 19 entrevistas analisadas, ressaltando assim a constante preocupação com a segurança e a manutenção do Estado israelense frente ao perigo externo. Em segundo lugar, observa-se a autorrepresentação positiva/estratégia de acalmamento, que foi verificada em 12 transcrições, das quais estava temporalmente localizada em 7 das 8 entrevistas de 2009, no pós-Operação Chumbo Fundido (2008-9), expressando, dessa forma, uma possível preocupação em se portar de forma favorável para o exterior em meio a um contexto imediatamente pós-conflitivo. A evasão, por sua vez, figurou em 10 entrevistas de modo constante ao longo dos anos, com 5 aparições em 2009, 3, em 2010, 1, em 2011, e mais 1 em 2012. As estratégias restantes, no que lhe concernem, foram

empregadas em menos da metade das transcrições analisadas, das quais 8 incluíram a estratégia de continuação – 5 delas somente no ano de 2009 – e, outras 5, a representação em preto e branco.

GRÁFICO B - USO DE MICROESTRATÉGIAS DE PERPETUAÇÃO DE IDENTIDADE NACIONAL (TOTAL AGRUPADO)



Fonte: Israel, 2009a, 2009b, 2009c, 2009d, 2009e, 2009f, 2009g, 2009h, 2010a, 2010b, 2010c, 2010d, 2010e, 2011a, 2011b, 2011c, 2012a, 2012b, 2012c.

Nesse sentido, é válido mencionar, ainda, alguns padrões argumentativos observados em diversos momentos e que se repetem nas entrevistas ao longo dos anos. Em relação à articulação das microestratégias de defesa, por exemplo, há a sua ocorrência em consonância às crenças sociais em torno da segurança, principalmente no que diz respeito à alusão às ameaças sofridas pelo povo israelense. Em um trecho em que essa conexão é percebida, Netanyahu utiliza de um recurso discursivo amplamente utilizado ao longo de 2009, 2011 e 2012, buscando colocar o entrevistador e a audiência local no papel dos israelenses ao mencionar a reação de determinado país caso fosse alvejado com milhares de foguetes, tal qual a experiência de Israel:

Da própria Gaza, que agora está sob controle palestino, controle do Hamas – 7200 foguetes foram disparados contra Israel. É só imaginar o que sete foguetes – 1000 foguetes seriam sobre a cidade de Nova York ou qualquer uma das – cidades americanas que estão assistindo a isso agora.

E, é claro, vocês entendem que queremos nos certificar de que temos medidas de segurança e monitoramento eficaz para evitar isso. Essa é uma parte essencial da desmilitarização (Israel, 2009a, *online*, tradução própria²⁸).

De forma similar, as crenças em torno da unidade como povo e da paz estão diretamente relacionadas à microestratégia de autorrepresentação positiva/acalmamento, principalmente ao passo que Netanyahu caracteriza a população de Israel como homogeneamente pacífica e a favor da resolução do conflito que os perpassa. Isso pode ser observado através de expressões que mencionam que os israelenses como constantemente ansiando, desejando e rezando constantemente pela paz, tal qual a afirmação de que “Não há povo que deseje mais a paz do que Israel. Não há povo que tenha sido ameaçado de aniquilação que entenda os benefícios da paz –” (Israel, 2011a, *online*, tradução própria²⁹). Esse entendimento, ainda é replicado diversas vezes durante o segundo mandato de Netanyahu, incluindo em 2009, 2010 e 2011.

A autopercepção coletiva positiva, por sua vez, também tem relação direta com a autorrepresentação positiva/estratégia de acalmamento e, além disso, com a representação em preto e branco. Nos anos de 2009, 2010 e 2011, em grande parte, os argumentos que associavam essas crenças e estratégias tiveram como base a utilização do topos do *locus amoenus* e foram bastante empregados a fim de caracterizar Israel e a situação de Jerusalém, retratando a cidade sagrada como um local ideal, pacífico e aberto para o exercício de todas as fés, a exemplo do trecho em que Netanyahu cita que

Acho que o fato de estar unida sob a soberania israelense garantiu que, nas últimas quatro décadas, todas as principais religiões, cristianismo, islamismo e judaísmo, todas as religiões monoteístas, tenham desfrutado de grande liberdade de culto e acesso a seus locais religiosos, algo que nunca aconteceu antes, desde o surgimento das três religiões monoteístas.

Foi somente sob a soberania israelense que essa cidade foi aberta a todas as religiões (Israel, 2009g, *online*, tradução própria³⁰).

²⁸ No original: “We’ve had from Gaza itself, which is now under Palestinian control, Hamas control – 7,200 rockets fired into Israel. You just have to imagine what seven rockets-- 1,000 rockets would be like on New York City or any one of the – American cities that are watching this now. And of course, you understand that we want to-- make sure that we have security arrangements and effective monitoring that prevent that. That’s an essential part of-- demilitarization” (Israel, 2009a, *online*).

²⁹ No original: “There is no people that wants peace more than Israel. There is no people who have been threatened with annihilation who understand what the benefits of peace –” (Israel, 2011a, *online*).

³⁰ No original: “I think the fact that it’s been united under Israeli sovereignty has ensured that, for the last four decades, all major faiths, Christianity, Islam, and Judaism, all monotheistic faiths, have enjoyed the great freedom of

Além disso, no que concerne à autopercepção positiva aplicada em conjunção à microestratégia de representação preto e branco, menciona-se o contraste percebido por Netanyahu entre as sociedades de Israel e dos Estados árabes. Isso pode ser observado pela passagem a seguir:

[Israel] é um país livre. Este é o único lugar onde os árabes têm plenos direitos perante a lei. As mulheres árabes têm plenos direitos. Ao nosso redor, nessa vasta extensão de escuridão, os árabes não têm direitos, seus direitos são pisoteados, as mulheres são tratadas como bens pessoais, são brutalizadas, são apedrejadas por adultério, os gays são enforcados. Israel é um país livre para árabes, judeus e todos os seus cidadãos (Israel, 2011b, *online*, tradução própria³¹).

Outra associação pertinente inclui a conexão entre o tema da justiça dos objetivos israelenses e o uso da microestratégia de continuação. Ela ocorre em diversos momentos ao longo de 2009, 2010 e 2012 e busca conectar e justificar a presença israelense na região através da sua ligação histórica e ancestral com aquela localidade, utilizando, por vezes, do aspecto temporal dessa conexão, ou, ainda, de figuras sagradas e importantes para o judaísmo. Em um desses momentos, isso fica claro ao passo que Netanyahu comenta:

Nós somos um povo indígena. Estamos aqui há apenas 4000 anos. Isso é tudo. Mais ou menos na época em que Abraão chegou aqui, e os filhos de Jacó. Um deles se chamava Benjamim. Quero dizer, eles andavam por Israel. Faz apenas 3800 anos. Eu diria que somos bastante indígenas (Israel, 2011c, *online*, tradução própria³²).

Por outra lógica, é possível observar, ainda, a junção de certos assuntos específicos a determinadas microestratégias de perpetuação. O principal exemplo desse caso se dá em torno da questão dos assentamentos israelenses em território palestino, principalmente na Cisjordânia. Isso ocorre, ao passo que Netanyahu busca evadir a abordagem desse tópico ao frequentemente relacionar a sua discussão a um momento futuro – e ainda incerto, sem data para ocorrer – de

worship and access to their religious sites, something that hasn't happened before since the rise of the three monotheistic religions.

It's only under Israeli sovereignty that this city has been open to all religions" (Israel, 2009g, *online*).

³¹ No original: “[Israel] is a free country. This is the only place where Arabs have full rights under the law. Arab women have full rights. Around us in this vast expanse of darkness, Arabs have no rights, their rights are trampled on, women are treated as chattel, they’re brutalized, they’re stoned for adultery, gays are hanged. Israel is a free country for Arabs, Jews, and all of its citizens” (Israel, 2011b, *online*).

³² No original: “We’re an indigenous people. We’ve been here only 4,000 years. That’s all. About the time of when Abraham came here, and the sons of Jacob. One of them was called Benjamin. I mean, they walked around Israel. It’s only been 3,800 years. We’re pretty indigenous, I’d say” (Israel, 2011c, *online*).

negociação da paz entre ambas as partes. Um dos momentos em que essa associação é realizada foi no encontro com a norte-americana ABC news em 2009, onde, quando o tópico dos assentamentos foi levantado, Netanyahu afirmou que

A questão dos assentamentos precisa ser resolvida. Ela deve ser resolvida no final das negociações, não antes delas. E quanto mais cedo deixarmos isso de lado e começarmos a avançar e a falar sobre como realmente viveremos um ao lado do outro, como faremos com que os palestinos vivam ao lado de Israel sem ameaçar Israel, sem que os territórios cedidos a eles se tornem bases para milhares de foguetes que já foram lançados contra Israel de outros lugares que desocupamos? Se conseguirmos ter essa ideia de reconhecimento mútuo e segurança, então teremos uma solução para todos os problemas, inclusive o problema dos assentamentos (Israel, 2009f, *online*, tradução própria³³).

Tendo isso em vista, é possível observar a grande diversidade de argumentos e associações capazes de serem articuladas a partir das diferentes temáticas de identidade nacional e microestratégias de perpetuação. Mais frequentemente do que não, esses elementos foram combinados de variadas formas a fim de se corroborar os fundamentos para a construção de determinado raciocínio ou reflexão, utilizando como base as variadas alegorias presentes no cerne do ethos israelense e formulando-as através das estratégias mais adequadas para cada momento em específico. Com esses artifícios em mente, o Primeiro-Ministro de Israel Benjamin Netanyahu foi capaz de engajar no cotidiano de milhares de pessoas ao redor do mundo e possivelmente influenciar em determinados entendimentos acerca das percepções, das ações e dos propósitos do Estado e do povo israelenses. Para além disso, no entanto, essas mesmas práticas discursivas também têm a capacidade de abrir espaço para a compreensão das principais configurações do ‘eu’ nacional, o qual, no caso de Israel, está amplamente conectado a uma percepção dicotômica em que, por conta das dinâmicas históricas do conflito Israel-Palestina, o palestino é posicionado no lugar permanente de ‘outro’, assumindo lugar de destaque no imaginário coletivo da sociedade israelense.

Assim, como ilustrado através dos discursos do PM Netanyahu, a busca pela legitimação dos ideais e objetivos de Israel como nação está diretamente conectada a essa narrativa. Desse modo, a garantia e a confirmação da sua existência continuada e estável no *locus* da Grande Israel

³³ No original: “The issue of the settlements has to be resolved. It should be resolved at the end of negotiations, not before the negotiations. And the sooner we put it aside and start moving and talking about how do we actually live next to one another, how do we have the Palestinians live next to Israel without threatening Israel, without having the territories that are ceded to them become bases for thousands of rockets that have already been launched at Israel from other places that we vacated? If we can get this idea of mutual recognition and security, then we’ll have a solution to all the problems, including the problem of settlements” (Israel, 2009f, *online*).

é articulada em contraste à necessidade de eliminação de uma ameaça externa palestina, a qual toma forma na frequente deslegitimação dos anseios estatais e sociais dessa população em favor dos seus próprios. Essa dinâmica é discursivamente levada adiante de inúmeras maneiras, das quais algumas se destacam, como a representação dos palestinos por meio de estereótipos negativos de agressividade e de incipiência tecnológica e moral, a reafirmação da falta de compromisso e disposição dessa população para com as tratativas em torno da paz, e a constante associação desse povo a episódios concretos e a cenários imaginados de violência e de incivilidade. Nesse contexto, ainda, muitas vezes a autopercepção e a autorrepresentação dos israelenses é levantada em contraste à deslegitimação palestina a fim de corroborar à sua própria causa, fazendo alusão à sua elevada moralidade, à sua natureza pacífica e generosa, e ao maior desenvolvimento econômico e humano da sociedade de Israel para esse fim.

Com isso em mente, fica evidente a existência de um vínculo discursivo inegável entre ambas as comunidades israelense e palestina. Por mais que de caráter fundamentalmente negativo, esse laço conta com raízes históricas e perpassa atualmente as esferas da segurança, da economia, da política e da cultura de cada uma, tendo efeitos claros sobre as suas respectivas percepções acerca do 'eu' e do 'outro'. Nesse sentido, portanto, é evidente a existência de uma articulação israelense que constrói e projeta uma concepção do 'outro' palestino a partir de uma série de características, estereótipos e preconceitos cujos componentes são socialmente construídos, amplamente difundidos e continuamente propagados interna e externamente a fim de se legitimar uma única narrativa específica – a que favorece os anseios e os interesses de Israel.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho, ao longo de sua extensão, teve como objetivo demonstrar as dinâmicas de articulação dos principais elementos constitutivos de determinada identidade nacional. Com maior foco em processos cujas práticas discursivas envolvem a representação positiva do ‘eu’ nacional em contrapartida à estranheza de um ‘outro’ externo, a análise aqui apresentada foi empreendida com base no caso israelense, partindo-se do princípio de que a fundação dos seus aparatos estatal e social ocorreram em contraste direto à experiência palestina na mesma região. Assim, através da percepção da existência de um vínculo negativo historicamente construído entre Israel e Palestina a partir das vivências de guerra e animosidade entre ambas as sociedades, este trabalho buscou verificar a forma como o Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu produziu e reproduziu, em entrevistas para a mídia estrangeira, discursos alicerçados em componentes da identidade nacional israelense a fim de associar o palestino ao papel de ‘outro’.

Em vista disso, o segundo capítulo teve como propósito explicitar as bases conceituais e metodológicas empregadas no decurso da análise. O conceito de identidade nacional, amplamente implicado neste trabalho, foi desenvolvido levando-se em consideração as reflexões de Oren e Bar-Tal (2006) e Wodak *et al* (2009), que definem tal noção com base nas características fundamentais de uma identidade social, ou seja, na sua composição a partir de um ethos social, o qual é entendido como sendo um conjunto de crenças sociais discursivamente construídas e socialmente difundidas que, no decorrer do tempo, são responsáveis pela atribuição de determinadas atitudes, valores, objetivos e pré-disposições ao ‘eu’ nacional e ao ‘outro’ estrangeiro. A abordagem metodológica, no que lhe concerne, tem respaldo na Escola de Viena da Análise Crítica de Discurso, como elaborada por Wodak *et al* (2009), e leva em consideração as dimensões constitutiva, histórica, contextual e estratégica para o engajamento analítico em torno do discurso; destacou-se, aqui, uma maior ênfase na investigação acerca da presença das estratégias de perpetuação de identidade nacional nas entrevistas concedidas por Netanyahu.

Em seguida, o terceiro capítulo encarregou-se de detalhar e melhor qualificar este trabalho ao incorporar os aspectos e as características próprias da sociedade de Israel à discussão em torno da identidade nacional. Como evidenciado por Oren e Bar-Tal (2006), o ethos israelense é aqui compreendido como sendo fundamentalmente influenciado pelos postulados do movimento

sionista e pelos seus consequentes desdobramentos ao longo dos anos. Assim, a sua composição é entendida como permeada por oito crenças sociais centrais provenientes dessas experiências, abrangendo temáticas em torno da justiça dos objetivos israelenses, da segurança nacional, da deslegitimação dos árabes, da autoimagem coletiva positiva, da autovitimização, do patriotismo, da unidade como povo e da paz. Essas, em conjunto, contribuem para um melhor domínio das principais noções e percepções que perpassam a identidade nacional de Israel como um todo, incluindo nas articulações discursivas organizadas por essa comunidade.

Ainda nesse capítulo e em acordo com as demandas propostas pela metodologia empregada, também foi apresentado um breve contexto pertinente para a compreensão da conjuntura regional vigente à época do segundo mandato do PM Benjamin Netanyahu. Buscou-se, dessa maneira, discorrer acerca dos momentos mais notáveis que serviram de prelúdio para o espaço temporal analisado, como o desenrolar da Segunda Intifada (2000-2005), a ascensão do Hamas em Gaza após a retirada das tropas israelenses e as Operações Chuvas de Verão (2006) e Chumbo Fundido (2008-9). Além disso, abordou-se os eventos de maior relevância entre 2009 e 2013, como as circunstâncias da eleição de Netanyahu no ano de 2009 e a sua significância para a região e a Operação Pilar Defensivo (2012) e suas consequências para Israel, Gaza e Cisjordânia.

Por fim, no último capítulo deste trabalho, foi realizada a análise crítica de discurso de 19 entrevistas concedidas por Netanyahu à mídia estrangeira, levando-se em consideração para tal as oito crenças sociais do ethos israelense elencadas por Oren e Bar-Tal (2006) e os instrumentos analíticos propostos por Wodak *et al* (2009). De modo geral, os temas de identidade nacional foram amplamente identificados ao longo de todas as transcrições analisadas, frequentemente com o uso sobreposto de diversas crenças em uma mesma passagem. Mais especificamente, 7 das 8 temáticas foram discursivamente articuladas por Netanyahu, de forma que o Primeiro-Ministro abordou e estruturou argumentos que fizeram alusão à justiça dos objetivos israelenses, à segurança nacional, à deslegitimação dos árabes, à autopercepção positiva, à autovitimização, à unidade e à paz. Em destaque, acima de tudo, menciona-se as crenças em torno da segurança e da paz, que estiveram presentes em 18 das 19 entrevistas, comprovando-se, assim, como elementos de suma importância para o imaginário coletivo israelense a partir das suas preocupações com as dinâmicas da segurança nacional frente à ameaça palestina e com as negociações em torno de uma paz definitiva para o conflito. É interessante, nesse sentido, que também se perceba a relação

direta entre ambas as temáticas, que, ainda que possam ser – e tenham sido – utilizadas independentemente, em repetidas vezes também foram articuladas em conjunto, uma vez que, nesse caso em específico, a preocupação e o anseio por uma paz duradoura estão diretamente relacionados à neutralização de um perigo iminente. As crenças em torno da deslegitimação dos palestinos, da unidade, da justiça dos objetivos israelenses, da autovitimização, e da autopercepção positiva também figuraram, mas em menor medida. Finalmente, a temática do patriotismo não foi articulada por parte de Netanyahu em nenhuma das entrevistas analisadas, presumivelmente devido ao caráter mais focado no âmbito interno dessa crença, uma vez que, conforme denotado por Oren e Bar-Tal (2006), ela parece dar maior ênfase no incentivo ao engajamento em práticas ativamente pró-Israel e que defendam os objetivos de segurança nacional, materializados, entre outros, na participação ativa dos cidadãos israelenses nas forças armadas nacionais.

Em relação à abordagem analítica proposta por Wodak *et al* (2009) como forma de se verificar a existência de argumentações que visem à perpetuação de determinada identidade nacional, observou-se a sua ocorrência em todas as 19 transcrições analisadas. Nesse sentido, nota-se uma prevalência na articulação das microestratégias de defesa, uma vez que foram empregadas por Netanyahu na totalidade das entrevistas em pauta, manifestando, assim, uma forte preocupação com os aspectos de segurança e de existência continuada do Estado de Israel. Além disso, as microestratégias de autorrepresentação positiva/de acalmamento, de evasão, de continuação e de representação em preto e branco também marcaram presença nos discursos do Primeiro-Ministro. Ao passo que todas as microestratégias de perpetuação de identidade nacional foram utilizadas em múltiplas vezes em momentos distintos, é possível constatar o compromisso de Netanyahu para com a manutenção da identidade nacional e dos aparatos social e estatal israelenses. Assim, frente a uma ameaça externa, a busca pela defesa desses fundamentos em termos discursivos – i.e. através do realce dos perigos aos quais estão vulneráveis, da exaltação das suas próprias características positivas em contraste às do oponente, ou, ainda, do remonte às suas raízes históricas e ancestrais como forma de reafirmar e certificar a sua permanência em um *locus* específico – ocorreu a fim de se dar legitimidade e angariar apoio à causa israelense, fortalecendo uma narrativa específica que visa a afirmar a preeminência de Israel sobre a Palestina e, assim, prevalecer as atitudes, os propósitos e as operações desse primeiro sobre os do último.

Além disso, ainda, foi possível observar uma conexão direta entre o uso das principais crenças sociais do ethos israelense e o uso da estratégia de perpetuação de identidade nacional. A temática da segurança nacional, no que lhe diz respeito, foi referenciada em concordância com as microestratégias de defesa, uma vez que se relacionam diretamente ao passo que invocam preocupações em torno das ameaças hipotéticas e concretas sofridas pelo povo israelense. A autopercepção coletiva positiva, a unidade como povo e a paz, por sua vez, demonstraram relação direta com as microestratégias de autorrepresentação positiva/acalmamento e de representação em preto e branco ao caracterizarem a população de Israel de modo generalizadamente favorável, elencando elementos de moralidade, boa-fé, generosidade, e de pacificidade. O tema da justeza dos objetivos israelenses, ainda, foi bastante aplicado em acordo com a microestratégia de continuação, em que essas crenças foram trazidas a fim de corroborar argumentos que legitimam a manutenção de um Estado israelense a partir da conexão ancestral dos seus cidadãos a essa região. As demais crenças, nomeadamente a deslegitimação dos palestinos e a autovitimização, foram empregadas em conjunto a diversas microestratégias de perpetuação ao longo da análise, sem grandes recorrências significativas.

Assim, as práticas discursivas de Netanyahu contaram com a presença de elementos que remontam a temáticas que fazem parte do imaginário coletivo israelense e que foram articulados com o propósito de se perpetuar determinadas percepções e atuações que perpassam as dinâmicas da identidade nacional de Israel. Tais argumentações demonstraram o vínculo profundo do ‘eu’ israelense com a percepção de uma ameaça representada pelo ‘outro’ palestino. Essa lógica dicotômica, ainda, teve suas bases discursivas construídas, difundidas e perpetuadas ao longo do tempo a partir da experiência histórica conjunta marcada pelos inúmeros conflitos diplomáticos e armados que afligiram ambas as sociedades. Por parte de Israel, as formulações envoltas em narrativas de contestação territorial, de deslegitimação nacional e de difamação pública em torno dos palestinos tornaram-se parte do arcabouço discursivo nacional e funcionaram, em diversos momentos, a fim de se validar os anseios israelenses na região e de se corroborar e justificar os vários exercícios e operações militares na Palestina. Dessa forma, os frequentes episódios de deslocamentos forçados, de roubos de terra, de sequestros e assassinatos de civis – incluindo mulheres, crianças e idosos – foram legitimados a partir do entendimento de que o ‘outro’ tem como objetivo principal o desmantelamento da sua sociedade e a destruição completa de seu Estado. Frente a isso, assim, a sua própria identidade nacional é vista como estando em perigo

iminente e, portanto, suas ações passam a ser realizadas com fundamento discursivo na necessidade de defesa dos cidadãos israelenses e de perpetuação do Estado de Israel em um ambiente de alta periculosidade.

Tais dinâmicas de inclusão e exclusão, já em exercício há décadas, ainda permanecem em voga na atualidade. Cerca de dez anos após o período analisado, em meio à Operação Espadas de Ferro (2023), as práticas discursivas que buscam representar o palestino como o ‘outro’, articulando-o a partir de um viés negativo que o conecta a estereótipos de desumanidade e violência, continuam em vigência e servem a fim de reafirmar o direito de defesa nacional israelense e, assim, garantir a conservação do seu poderio político e militar na região. Em entrevista ao quadro “Meet the Press” da norte-americana NBC News, Netanyahu reiterou os mesmos pontos vistos de 2009 a 2013, em que as características de benevolência, humanidade e moralidade dos israelenses são ressaltados e postos em contraste às atitudes dos palestinos, caracterizadas por ele como odiosas, violentas e bárbaras (Netanyahu, 2023a). Da mesma forma, no estadunidense Wall Street Journal, Netanyahu garantiu que o fim do conflito e a possibilidade de paz só poderiam vir em um futuro em que três vagos pré-requisitos centrais estabelecidos por ele fossem cumpridos: “ Hamas deve ser destruído, Gaza deve ser desmilitarizada e a sociedade palestina deve ser desradicalizada” (Netanyahu, 2023b, *online*, tradução própria³⁴).

No entanto, em meio a esse cenário de autorrepresentação positiva, o direito de defesa frente ao ataque do Hamas no início de outubro tem sido questionado por diversas autoridades, incluindo o Alto Comissário de Direitos Humanos da ONU. Dando continuidade às práticas usuais perpetradas pelas forças armadas de Israel, o uso de força desproporcional para lidar com a questão palestina se repete ainda hoje. Até 28 de dezembro de 2023, a Operação Espadas de Ferro resultou em cerca de 21.230 palestinos assassinados – dos quais pelo menos 7.729 eram crianças –, em uma escala 18:1 de fatalidades entre palestinos e israelenses, e outros 55.603 feridos. As marcas da Operação incluem também os danos à infraestrutura de mais de 60% de todas as residências de Gaza, das quais acima de 65.000 unidades residenciais foram completamente destruídas e outras 290.000 foram danificadas; como resultado, calcula-se que em torno de 1,9 milhão de palestinos – 85% da população de Gaza – tenham sido desalojados. Além disso, os palestinos na Faixa de Gaza também se encontram sem acesso a recursos básicos, como

³⁴ No original: “ Hamas must be destroyed, Gaza must be demilitarized, and Palestinian society must be deradicalized” (Netanyahu, 2023b, *online*).

alimentos, água, remédios e eletricidade (United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, 2023).

Nessa conjuntura, as forças armadas e o governo de Israel demonstram, efetivamente, pouca – ou nenhuma – preocupação com a população civil palestina. Pelo contrário, o ataque constante a residências, prédios comerciais, escolas, igrejas, mesquitas, campos de refugiados, centros de saúde e hospitais, sob o pretexto de estarem servindo como bases militares para as operações do Hamas, parece ignorar qualquer apreço à vida palestina. Acima de tudo, a crise humanitária que segue coincide diretamente com as ambições e os propósitos sionistas para a região, oportunizando o controle israelense de uma das únicas áreas restantes ainda sob controle palestino e concretizando a concepção e o estabelecimento de uma Grande Israel.

Tendo-se isso em vista e considerando-se o discurso como um instrumento linguístico de alta importância, o presente trabalho pode servir como inspiração para o estudo de demais dinâmicas de articulação discursiva com base em elementos e temáticas de identidade nacional. No tocante ao caso de Israel e à análise dos discursos das lideranças israelenses, percebe-se a presença de uma grande lacuna analítica no que concerne à aplicação da metodologia apresentada, principalmente após a virada do século e a reintensificação dos conflitos Israel-Palestina. Não obstante, o discurso permanece como um dos principais mecanismos disponíveis para a legitimação de determinadas narrativas cujas reverberações são sentidas por inúmeras populações, e a sua investigação pode ter papel relevante ao auxiliar a desvendar as estruturas de poder que o permeiam. Nesse contexto, a realização de outros trabalhos que contemplem esse recorte analítico pode auxiliar na compreensão dos mecanismos discursivos que permeiam a sociedade israelense; como exemplos de pesquisas adicionais, pode-se mencionar a investigação acerca do uso de estratégias de justificação em momentos de guerra e a exploração das contradições existentes entre os discursos que envolvem as temáticas da paz e da segurança, entre outros. Com vistas nisso, a ampliação quantitativa e qualitativa de pesquisas que se propõem a empregar essa metodologia pode ser considerada como uma contribuição para o entendimento das articulações discursivas que constroem, perpetuam, justificam, transformam ou desmantelam a dicotomia eu/outro em Israel e no mundo inteiro.

REFERÊNCIAS

ABELL, Jackie; MYERS, Greg. Analyzing research interviews. *In*: WODAK, Ruth; KRZYŻANOWSKI, Michal (Eds.). **Qualitative discourse analysis in the social sciences**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008. p. 145-161.

AMIR, Merav. Post-occupation Gaza: Israel's war on Palestinian futures. **Geografiska Annaler: Series B, Human Geography**, *Online*, v. 103, n. 4, p. 283-300, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/04353684.2021.1958357>. Acesso em: 15 nov. 2023.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BAR-TAL, Daniel; TEICHMAN, Yona. **Stereotypes and prejudice in conflict**: Representations of Arabs in Israeli Jewish society. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BUNTON, Martin. **The Palestinian-Israeli conflict**: A very short introduction. New York: Oxford University Press, 2013.

BYMAN, Daniel. Curious victory: Explaining Israel's suppression of the Second Intifada. **Terrorism and Political Violence**, *Online*, v. 23, n. 5, p. 825-852, 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09546553.2011.652317>. Acesso em: 13 nov. 2023.

CAMPBELL, David. **Writing security**: United States foreign policy and the politics of identity. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

CHOMSKY, Noam; PAPPÉ, Ilan. **On Palestine**. Chicago: Haymarket Books, 2015.

DEUTSCH, Karl. **Nationalism and social communication**: An inquiry into the foundations of nationality. Massachusetts: The M.I.T. Press, 1966.

DRUCKMAN, Daniel. Nationalism, patriotism, and group loyalty: A social psychological perspective. **Mershon International Studies Review**, *Online*, v. 38, n. 1, p. 43-68. abr. 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/222610>. Acesso em: 5 out. 2023.

HALL, Rodney Bruce. **National collective identity**: Social constructs and international systems. New York: Columbia University Press, 1999.

HARMS, Gregory; FERRY, Todd M. **The Palestine-Israel conflict**: A basic introduction. London: Pluto Press, 2017.

HAWWASH, Samer Abu. Samer Abu Hawwash's 'It No Longer Matters If Anyone Loves Us'. *In*: ARABLIT & ARABLIT QUARTERLY. [S.l.], 2023. Disponível em: <https://arablit.org/2023/11/01/it-no-longer-matters/>. Acesso em: 19 jan. 2024.

HENDERSON, Christian. Israeli military operations against Gaza: Operation Cast Lead (2008-9), Operation Pillar of Defense (2012) and Operation Protective Edge (2014). *In*: RUYS, Tom; CORTEN, Olivier; HOFER, Alexandra (Eds.). **The use of force in International Law**: A case-based approach. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 729-748.

ISRAEL. Prime Minister's Office: The 32nd Government, Benjamin Netanyahu. **Transcript of Prime Minister Benjamin Netanyahu's Interview on CBS's Evening News**. June 15 2009a. Interviewer: JEFF GLOR. Disponível em: <https://www.gov.il/en/departments/news/eventcbs160609>. Acesso em: 11 dez. 2023.

ISRAEL. Prime Minister's Office: The 32nd Government, Benjamin Netanyahu. **Transcript of Prime Minister Benjamin Netanyahu's Interview on NBC's "Today Show"**. June 15 2009b. Interviewer: ANN CURRY. Disponível em: <https://www.gov.il/en/departments/news/eventnbc150609>. Acesso em: 13 dez. 2023.

ISRAEL. Prime Minister's Office: The 32nd Government, Benjamin Netanyahu. **Interview with Prime Minister Netanyahu in the “BILD” newspaper - Part I.** June 22 2009c. Disponível em: <https://www.gov.il/en/departments/news/eventbild220609>. Acesso em: 4 dez. 2023.

ISRAEL. Prime Minister's Office: The 32nd Government, Benjamin Netanyahu. **Prime Minister Benjamin Netanyahu’s interview with RAI TV.** June 22 2009d. Interviewer: CLAUDIO PAGLIARA. Disponível em: <https://www.gov.il/en/departments/news/eventrai230609>. Acesso em: 12 dez. 2023.

ISRAEL. Prime Minister's Office: The 32nd Government, Benjamin Netanyahu. **Interview with Prime Minister Netanyahu in the “BILD” newspaper - Part II.** June 23 2009e. Disponível em: <https://www.gov.il/en/departments/news/eventbild2230609>. Acesso em: 4 dez. 2023.

ISRAEL. Prime Minister's Office: The 32nd Government, Benjamin Netanyahu. **Interview with PM Netanyahu on ABC News.** Sept. 22 2009f. Interviewer: CHARLES GIBSON. Disponível em: https://www.gov.il/en/departments/news/abc_eng220909. Acesso em: 4 dez. 2023.

ISRAEL. Prime Minister's Office: The 32nd Government, Benjamin Netanyahu. **Interview with PM Netanyahu on CNN’s “Late Edition”.** Sept. 22 2009g. Interviewer: WOLF BLITZER. Disponível em: https://www.gov.il/en/departments/news/inter_cnn220909. Acesso em: 4 dez. 2023.

ISRAEL. Prime Minister's Office: The 32nd Government, Benjamin Netanyahu. **Interview with PM Netanyahu on the Today Show.** Sept. 22 2009h. Interviewer: MATT LAUER. Disponível em: https://www.gov.il/en/departments/news/interview_abc220909. Acesso em: 5 dez. 2023.

ISRAEL. Prime Minister's Office: The 32nd Government, Benjamin Netanyahu. **Address and Interview with PM Netanyahu with the Foreign Press Association.** Jan. 20 2010a. Disponível em: <https://www.gov.il/en/departments/news/eventforeignpress200110>. Acesso em: 5 dez. 2023.

ISRAEL. Prime Minister's Office: The 32nd Government, Benjamin Netanyahu. **ABC's "Good Morning America" interview with PM Netanyahu**. July 7 2010b. Interviewer: GEORGE STEPHANOPOULOS. Disponível em: https://www.gov.il/en/departments/news/interview_goodmorning070710. Acesso em: 5 dez. 2023.

ISRAEL. Prime Minister's Office: The 32nd Government, Benjamin Netanyahu. **CBS News interview with PM Netanyahu**. July 7 2010c. Interviewer: KATIE COURIC. Disponível em: https://www.gov.il/en/departments/news/interview_cbs070710. Acesso em: 14 dez. 2023.

ISRAEL. Prime Minister's Office: The 32nd Government, Benjamin Netanyahu. **CNN "Larry King Live" Interview With PM Netanyahu**. July 7 2010d. Interviewer: LARRY KING. Disponível em: https://www.gov.il/en/departments/news/interview_eventcnn070710. Acesso em: 14 dez. 2023.

ISRAEL. Prime Minister's Office: The 32nd Government, Benjamin Netanyahu. **"Fox News Sunday" Interview with Prime Minister Netanyahu**. July 11 2010e. Interviewer: CHRIS WALLACE. Disponível em: https://www.gov.il/en/departments/news/interview_fox110710. Acesso em: 5 dez. 2023.

ISRAEL. Prime Minister's Office: The 32nd Government, Benjamin Netanyahu. **PM Netanyahu's interview with Piers Morgan of CNN**. Mar. 17 2011a. Interviewer: PIERS MORGAN. Disponível em: https://www.gov.il/en/departments/news/interview_cnn170311. Acesso em: 14 dez. 2023.

ISRAEL. Prime Minister's Office: The 32nd Government, Benjamin Netanyahu. **YouTube World View Interview With PM Benjamin Netanyahu**. Mar. 30 2011b. Interviewer: DANA WEISS. Disponível em: https://www.gov.il/en/departments/news/interview_youtube300311. Acesso em: 14 dez. 2023.

ISRAEL. Prime Minister's Office: The 32nd Government, Benjamin Netanyahu. **Mike Huckabee's Interview with PM Netanyahu on Fox News**. July 23 2011c. Interviewer: MIKE HUCKABEE. Disponível em: https://www.gov.il/en/departments/news/interview_fox230711. Acesso em: 14 dez. 2023.

ISRAEL. Prime Minister's Office: The 32nd Government, Benjamin Netanyahu. **PM Netanyahu's interview on CBS's "Face the Nation"**. July 22 2012a. Interviewer: BOB SCHIEFFER. Disponível em: https://www.gov.il/en/departments/news/interview_cbs220712. Acesso em: 15 dez. 2023.

ISRAEL. Prime Minister's Office: The 32nd Government, Benjamin Netanyahu. **PM Netanyahu's interview on FOX News**. July 22 2012b. Interviewer: CHRIS WALLACE. Disponível em: https://www.gov.il/en/departments/news/interview_fox220712. Acesso em: 15 dez. 2023.

ISRAEL. Prime Minister's Office: The 32nd Government, Benjamin Netanyahu. **PM Netanyahu's Interview with Die Welt**. Dec. 5 2012c. Interviewer: CORNELIUS TITTEL; CLEMENS WERGIN. Disponível em: https://www.gov.il/en/departments/news/interview_diewelt051212. Acesso em: 15 dez. 2023.

JAMAL, Amal. The Palestinian in the Israeli peace discourse: A conditional partnership. **Journal of Palestine Studies**, *Online*, v. 30, n. 1, p. 36-51. 2000. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.2307/2676480>. Acesso em: 05 jan. 2024.

KELMAN, Herbert C. The political psychology of the Israeli-Palestinian conflict: How can we overcome the barriers to a negotiated solution?. **Political Psychology**, *Online*, v. 8, n. 3, p. 347-363, 1987. Disponível em: <https://scholar.harvard.edu/hckelman/publications/political-psychology-israeli-palestinian-conflict-how-can-we-overcome-barriers>. Acesso em: 6 nov. 2023.

KELMAN, Herbert C. The interdependence of Israeli and Palestinian national identities: The role of the other in existential conflicts. **Journal of Social Issues**, *Online*, v. 55, n. 3, p. 581-600, 1999. Disponível em:

<https://scholar.harvard.edu/hckelman/publications/interdependence-israeli-and-palestinian-national-identities-role-other-existen>. Acesso em: 6 nov. 2023.

KHALIDI, Rashid. **The hundred years' war on Palestine**: A history of settler colonial conquest and resistance, 1917-2017. New York: Metropolitan Books, 2020.

KIMMERLING, Baruch. **The invention and decline of israeliness**: State, society and the military. Berkeley: University of California Press, 2001.

KRÄMER, Gudrun. **A history of Palestine**. Princeton: Princeton University Press, 2008.

LØVLIE, Frode. Questioning the secular-religious cleavage in Palestinian politics: Comparing Fatah and Hamas. **Politics and Religion**, *Online*, v. 7, n. 1, p. 100-121, mar. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1755048313000527>. Acesso em: 14 nov. 2023.

MARCUS, Jonathan. The 2009 Israeli election: A bump in the road to peace?. **The Washington Quarterly**, *Online*, v. 32, n. 3, p. 55-68, p. 55-69, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01636600903032461>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MINTZ, Alex. The military-industrial complex: The Israeli case. *In*: LISSAK, Moshe (Ed.). **Israeli society and its defense establishment**: The social and political impact of a protracted violent conflict. New York: Routledge, 2013. p. 141-174.

NETANYAHU, Benjamin. Meet the Press - November 12, 2023. **NBC News**, *Online*, Nov. 12 2023a. Interviewer: KRISTEN WELKER. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/meet-the-press/meet-press-november-12-2023-n1307913>. Acesso em: 29 dez. 2023.

NETANYAHU, Benjamin. Benjamin Netanyahu: Our Three Prerequisites for Peace. **Wall Street Journal**, *Online*, Dec. 25 2023b. Disponível em:

<https://www.wsj.com/articles/benjamin-netanyahu-our-three-prerequisites-for-peace-gaza-israel-bff895bd>. Acesso em: 29 dez. 2023.

OREN, Neta; BAR-TAL, Daniel. Ethos and identity: Expressions and changes in the Israeli Jewish society. **Estudios de Psicología**, *Online*, v. 27, n. 3, p. 293-316. 2006. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1174/021093906778965035>. Acesso em: 5 out. 2023.

PAPPÉ, Ilan. **The ethnic cleansing of Palestine**. Oxford: Oneworld Publications Limited, 2007.

SAID, Edward W. **The question of Palestine**. New York: Vintage Books, 1992.

SHERWOOD, Harriet. Childhood in ruins. **The Guardian**, London, 17 dez. 2009. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2009/dec/17/gaza-israel-invasion-children-traumatized>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SMITH, Anthony D. **National identity**. London: Penguin Books, 1991.

SMITH, Charles D. **Palestine and the Arab-Israeli conflict: A history with documents**. Boston: Bedford/St. Martin's, 2017.

SOFFER, Oren. **Mass communication in Israel: Nationalism, globalization and segmentation**. Oxford: Berghahn Books, 2015.

SPANGLER, Eve. **Understanding Israel/Palestine: Race, nation, and human rights in the conflict**. Rotterdam: Sense Publishers, 2015.

TAJFEL, Henri. **Human groups and social categories: Studies in social psychology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

TAJFEL, Henri; TURNER, John. An integrative theory of intergroup conflict. *In*: AUSTIN, William G.; WORCHEL, Stephen (Eds.). **The social psychology of intergroup relations**. Monterey: Brooks/Cole Publishing Company, 1979. p. 33-47.

UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS (OCHA). **Hostilities in the Gaza Strip and Israel - reported impact | Day 83**. 28 dez. 2023a.

Disponível em:

<https://www.ochaopt.org/content/hostilities-gaza-strip-and-israel-reported-impact-day-83>. Acesso em: 29 dez. 2023.

YIFTACHEL, Oren. **Ethnocracy**: Land and identity politics in Israel/Palestine. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006.

WODAK, Ruth. What CDA is about – a summary of its history, important concepts and its developments. *In*: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (Eds.). **Methods of critical discourse analysis**. London: SAGE Publications, 2001. p. 1-13.

WODAK, Ruth. Introduction: Discourse studies – Important concepts and terms. *In*: WODAK, Ruth; KRZYZANOWSKI, Michal (Eds.). **Qualitative discourse analysis in the social sciences**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008. p. 1-29.

WODAK, Ruth; CILLIA, Rudolf de; REISIGL, Martin; LIEBHART, Karin. **The discursive construction of national identity**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2009.

WORLD ZIONIST ORGANIZATION (WZO). **Mission statement**. 2022. Disponível em: <https://www.wzo.org.il/department/about/mission-statement/en>. Acesso em: 1 nov. 2023.